

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS
ANO 2015**





INDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL.....	2
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS	3
1 - Estrutura Organizacional.....	3
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2015.....	5
III - RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1 - Objetivos do Relatório de Gestão.....	6
2 - Análise da Execução Orçamental.....	6
3 - Recursos Humanos	21
4 - Apoio Social	26
5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo	28
6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias	30
7 - Endividamento Municipal	31
8 – Execução das GOP'S e do Plano.....	33
9 – Análise da Situação Económica e Financeira.....	37
10 – Contabilidade de Custos	53
11 – Proposta de Aplicação de Resultados.....	65
IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	66



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Caros Municípios do Concelho de Porto de Mós:

O ato de Prestar Contas reveste-se sempre de grande importância e significado na vida das Organizações, sejam elas de que natureza forem. É o momento de divulgar informação escrita, relevante, que transmite aos respetivos beneficiários e destinatários a imagem verdadeira e apropriada das instituições e, assim, possibilite a avaliação correta do desempenho de quem teve a responsabilidade de as governar durante um determinado período. A Prestação de Contas significa também relatar a vida da Entidade num determinado período temporal, mas não a descontinuidade das suas atividades. Na verdade, o ato de manifestar os resultados conduz, não raras vezes, a mais empenho de quem dirige a Entidade e ao reforço da contribuição de muitos colaboradores, recursos que estão na origem da criação das condições necessárias para a sua continuidade e sustentabilidade ao serviço de muitos mais.

É, portanto, com a maior honra que apresentamos e tornamos público o Relatório e Contas do Exercício Económico de 2015. Fazemo-lo no cumprimento de uma obrigação legal, mas também com a grande satisfação que decorre do cumprimento de um dever cívico e de gratidão, na certeza de que a realização deste ato se materializa no reforço de uma relação de proximidade e de transparência com os eleitores que nos elegeram para o exercício destas funções.

Consideramos os resultados obtidos em 2015 muito positivos. Alcançámos globalmente os objetivos previstos no orçamento inicial e no Plano de Atividades programado para este exercício económico. Os valores globais de execução orçamental fixaram-se ao nível dos verificados no ano transato. Em termos concretos, a Câmara Municipal, como é do conhecimento geral, desfruta de uma óptima saúde financeira resultante dos bons níveis de desempenho verificados desde 2006. O exercício em apreciação de 2015 manteve, e até reforçou, esta situação, a qual nos permite augurar um futuro promissor de sustentabilidade e de desenvolvimento para o Município de Porto de Mós.

As operações de gestão neste exercício decorreram sem anormalidades ou sobressaltos dignos de registo. A prestação de serviços e muitos outros fornecimentos e apoios à População, foi pronta e dentro dos níveis de quantidade e de qualidade verificados em exercícios anteriores, apesar da existência de vários constrangimentos orçamentais legais e regulamentares. No plano dos investimentos, continuámos focados em dar a melhor continuidade a vários projetos transitados do ano anterior e em reforçar as verbas afetas à manutenção e conservação da rede de infraestruturas existentes e, ainda, em desenvolver ações conducentes à conceção e realização de outras grandes obras estruturantes de que o Município necessita e merece.

Os resultados obtidos em 2015 são, mais uma vez, fruto de uma estratégia de desenvolvimento integrado, pautada pelo trabalho, pela responsabilidade, pelo equilíbrio e empenho. Por esta razão, a nossa mensagem é de otimismo relativamente ao futuro que desejamos para o Concelho de Porto de Mós.

Em nome do Executivo Municipal, agradeço à Assembleia Municipal, às Instituições Nacionais, Regionais e Locais e a todos os colaboradores, que nos ajudaram a obter os resultados expressos neste Relatório e Contas de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós,

João Salgueiro



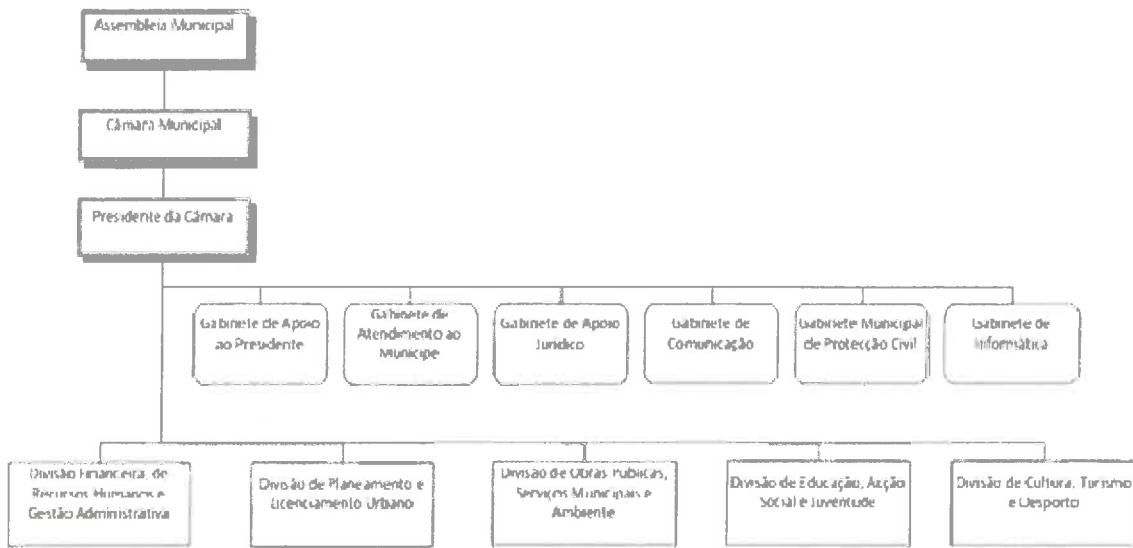
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS

1 - Estrutura Organizacional

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2484-001 Porto de Mós, contribuinte fiscal n.º 505586401, telefone n.º 244 499600, fax n.º 244 499601 e email geral@municipio-portodemos.pt. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho de Porto de Mós.

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias.

1.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal



O modelo de estrutura orgânica – estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas flexíveis, da Câmara Municipal de Porto de Mós, no ano económico em análise, foi aprovado pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 20 de dezembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, foi aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 27 de dezembro de 2012, o Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós que vigorou no ano em análise.

Documentos de Prestação de Contas – Ano 2015



1.2 - Descrição Sumária das Atividades

Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Policia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

1.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2015 a 31/12/2015 o Órgão Executivo foi composto por:

Nome	Situação na Entidade	Período de responsabilidade
João Salgueiro	Presidente	01-01-2015 a 31-12-2015
Albino Pereira Januário	Vereador R. Permanência	01-01-2015 a 31-12-2015
Anabela dos Santos Martins	Vereador R. Permanência	01-01-2015 a 31-12-2015
Rui Fernando Correia Marto	Vereador R. Permanência	01-01-2015 a 31-12-2015
Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo	Vereador R. Permanência	01-01-2015 a 31-12-2015
António José Jesus Ferreira	Vereador R. N. Permanência	01-01-2015 a 31-12-2015
Nélia Maria da Piedade Nogueira	Vereador R. N. Permanência	01-01-2015 a 31-12-2015



1.4 – Organização Contabilística

O regime contabilístico adotado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adotado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

Em cumprimento do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 35º e alínea i) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de Prestação de Contas, bem como, o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação referente ao ano 2015, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea l) do nº 2 do Artigo 25º da referida Lei.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas foi ainda tida em conta, além do citado POCAL, a Resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas publicada no D.R. nº 191, II Série, de 18 de agosto de 2001, alterada pela Resolução nº 6/2013 – 2ª Secção, e da Resolução nº 44/2015 publicada no D.R. nº 231, II Série, de 25 de novembro de 2015. Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução, os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.



III - RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Objetivos do Relatório de Gestão

O presente relatório de gestão decorre não apenas do cumprimento da Lei, mas também da vontade do Executivo Municipal em levar ao conhecimento dos restantes destinatários da informação sobre o seu desempenho enquanto órgão responsável pela Gestão Municipal no exercício económico de 2015.

Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da atividade deste Executivo Camarário, e contemplar os seguintes aspectos:

- ✓ Descrever a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização da despesa e a arrecadação da receita;
- ✓ Sintetizar a situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- ✓ Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos;
- ✓ Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor análise das variáveis mais significativas na gestão municipal são apresentados, também, dados relativos à execução de anos anteriores.

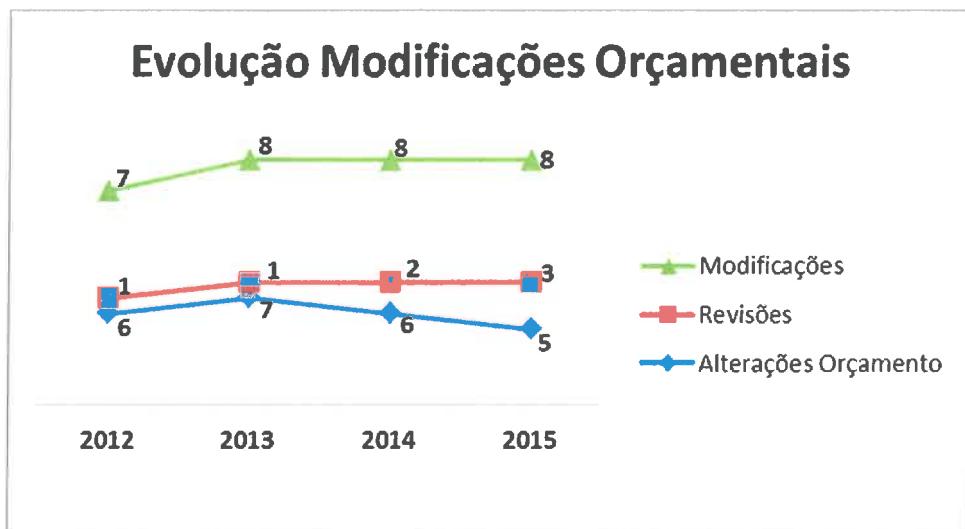
2 - Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano **2015** obtiveram aprovação da Câmara Municipal em **29/10/2014** e na sessão da Assembleia Municipal em **21/11/2014**. No presente sub capítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa.

2.1 – Modificações Orçamentais

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, na gestão orçamental muitas vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades. Neste sentido, durante o ano **2015** efetuaram-se 8 Modificações Orçamentais, que foram constituídas por 5 alterações e 3 revisões.

O gráfico seguinte revela a evolução das modificações orçamentais.



2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

2.2.1 – Orçamento de 2015

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente estimados com os valores efetivamente executados. O Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução acarreta naturalmente desvios.

O Orçamento apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregadas segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem caráter anual.

O Orçamento inicial foi aprovado com uma dotação de 17.312.974,00 €. Ao longo do exercício foram efectuadas 8 modificações orçamentais, das quais 5 foram alterações e 3 revisões, uma das quais com caráter obrigatório e resultou na inclusão do saldo orçamental no montante de 2.245.020,01 €, de uma nova rubrica na receita, no montante de 400.000,00 €, na sequência da assinatura do protocolo entre este Município e a Guarda Nacional Republicana e a anulação do valor de 450.000,00 € inscrito no orçamento inicial como previsão do saldo orçamental a transitar. O valor final após as modificações foi de 19.507.994,01 €, o que traduz num aumento de 12,68%.

	Valor
Saldo da Gerência anterior (2014)	2.245.020,01 €
Receita cobrada na Gerência	16.296.795,19 €
Soma	18.541.815,20 €
Despesa paga na Gerência	16.275.433,03 €
Saldo da Gerência seguinte	2.266.382,17 €



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

Analisando o quadro seguinte verifica-se que ao longo do ano 2015, e relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, a taxa de execução da receita fixou-se em 94,98%, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 83,43%. Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita a mesma se refere à receita cobrada bruta.

Ano 2015					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução(Receita Cobrada Bruta e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
Receita: ⁽¹⁾					
- Corrente	15.553.780,00 €	15.553.780,00 €	15.271.267,83 €	-282.512,17 €	98,18%
- Capital	1.758.444,00 €	1.708.444,00 €	1.024.492,63 €	-683.951,37 €	59,97%
- Out. Receitas	750,00 €	2.245.770,01 €	2.246.054,74 €	284,73 €	100,01%
Total	17.312.974,00 €	19.507.994,01 €	18.541.815,20 €	-966.178,81 €	95,05%
Despesa:					
- Corrente	12.639.191,00 €	12.902.861,01 €	11.423.705,62 €	-1.479.155,39 €	88,54%
- Capital	4.673.783,00 €	6.605.133,00 €	4.851.727,41 €	-1.753.405,59 €	73,45%
Total	17.312.974,00 €	19.507.994,01 €	16.275.433,03 €	-3.232.560,98 €	83,43%

Nota (1) – A execução da receita foi calculada com base nas receitas cobradas brutas dado que os reembolsos e restituições já estão considerados na despesa.

2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no Triénio de 2013/2015

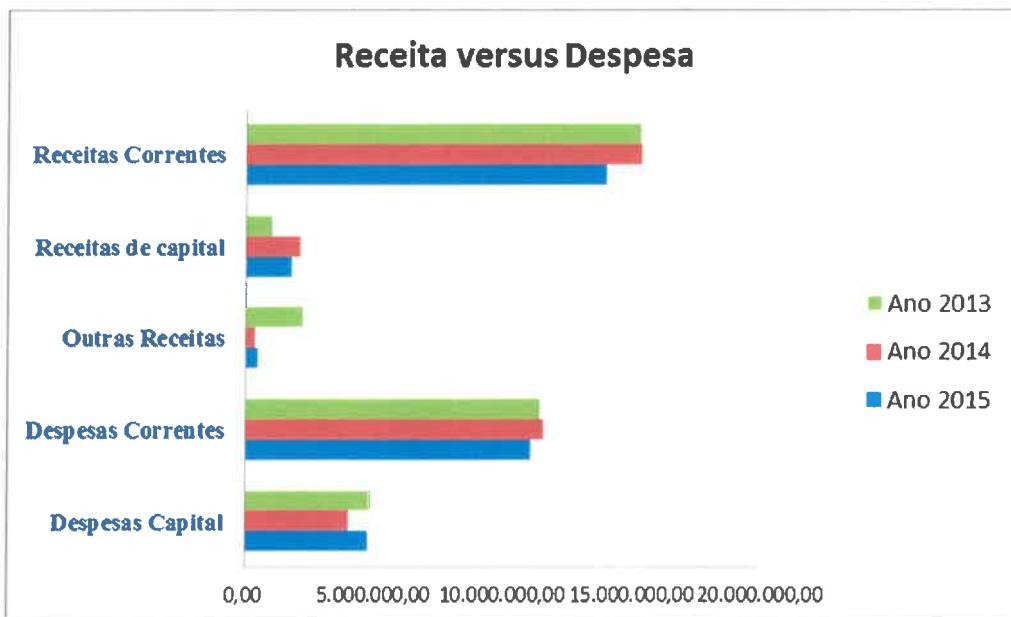
O quadro e gráfico que a seguir se apresentam, refletem a evolução das taxas de execução do orçamento nos últimos 3 anos.

Evolução das Taxas de Execução Orçamental			
Designação	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Receita:			
-Corrente	92,08%	101,52%	98,18%
-Capital	55,30%	82,62%	59,97%
-Outras Receitas	97,08%	99,10%	100,01%
Totais	85,93%	98,79%	95,05%
Despesa:			
-Corrente	87,74%	89,88%	88,54%
-Capital	76,35%	77,59%	73,45%
Totais	83,96%	86,35%	83,43%



2.2.3 – Evolução da Receita e da Despesa

O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e respetiva evolução, da receita e da despesa no período 2013 a 2015.



2.2.3.1 – Poupança Corrente

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que instituiu o POCAL dispõe que as Autarquias Locais cumpram o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do referido diploma legal e que determina que “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes”.

Com este princípio orçamental, pretende-se afetar ao investimento a totalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada “Poupança Corrente”.

Neste ponto pretende-se analisar a evolução da poupança corrente, calculada entre a diferença da receita corrente e a despesa corrente.

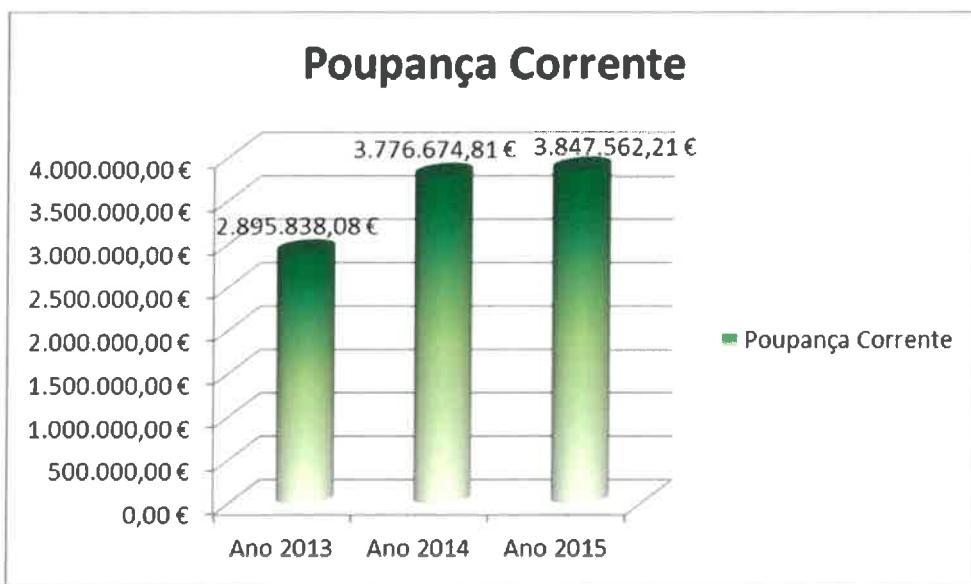
O rácio apresentado no quadro seguinte **Receita Corrente / Despesa Corrente** permite medir a capacidade das receitas corrente cobrirem as despesas da mesma natureza. Pela análise do mesmo verifica-se que a Autarquia cumpriu mais um ano o princípio da boa gestão, dado que as receitas correntes foram suficientes para cobrir as despesas correntes, permitindo ainda suportar parte das despesas com projectos de investimento.



Rácio	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Receita Corrente / Despesa Corrente	126,22%	132,68%	133,68%

Tem-se registado uma evolução contínua e positiva das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes. Este resultado traduz uma preocupação constante do Executivo Municipal no domínio das boas práticas de gestão, materializada na obtenção de um saldo positivo em 2015 a favor dos projetos de investimento no montante de 3.847.562,21 €.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de “Poupança Corrente” ao longo do triénio de 2013 / 2015



2.2.3.2 – Equilíbrio Orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer uma nova regra de “Equilíbrio Orçamental”. Dispõe o seu artigo 40.º no nº. 1 que “Os orçamentos das entidades do sector local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.”, sendo que o nº. 2 do mesmo artigo refere que “(...) a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”.

Equilíbrio Orçamental Ano 2015	
Despesas Correntes (1)	11.423.705,62 €
Amortizações médias dos Empréstimos (2)	342.398,06 €
Subtotal (3) = (1) + (2)	11.766.103,68 €
Receitas Correntes brutas (4)	15.271.267,83 €
Margem (5) = (4)-(3)	3.505.164,15 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Com base nos valores apurados o Município de Porto de Mós cumpriu a Regra do Equilíbrio Orçamental, na execução orçamental no ano 2015, existindo uma margem de 3.505.164,15 €.

2.2.4 – Execução Orçamental da Receita

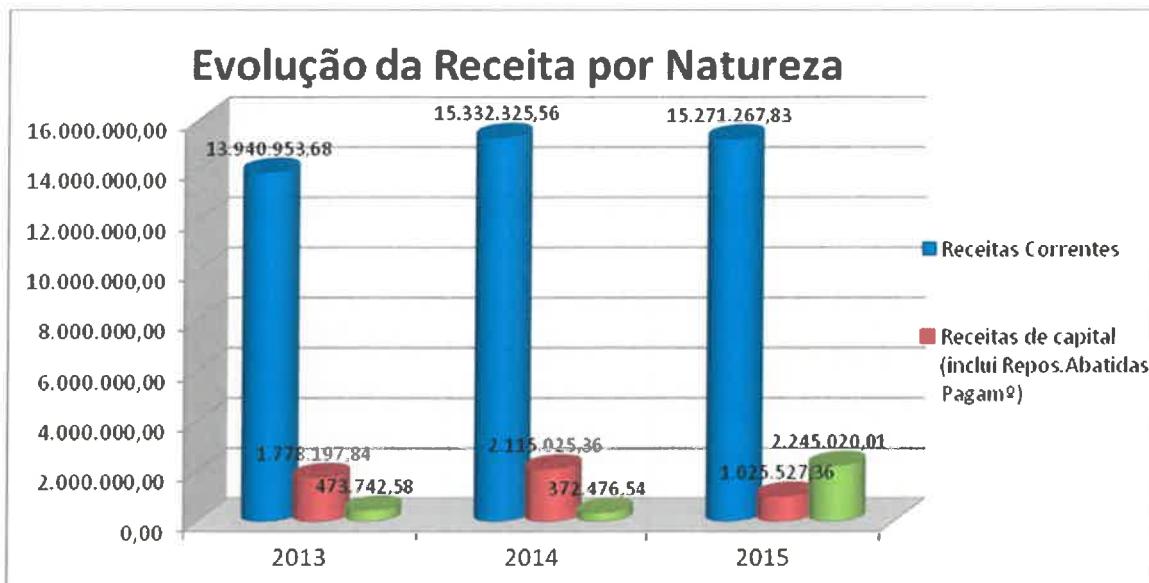
A estrutura e execução da Receita do ano 2015, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Receita por rubrica

<i>Composição da Receita</i>	<i>Previsão</i>	<i>Execução (Receita cobrada bruta)</i>	<i>Peso p/ Rubrica %</i>	<i>% Execução</i>
01 - Impostos directos	3.979.901,00 €	4.012.972,98 €	21,64%	100,83%
02 - Impostos indirectos	86.399,00 €	61.360,47 €	0,33%	71,02%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	240.170,00 €	299.536,95 €	1,62%	124,72%
05 - Rendimentos da propriedade	993.000,00 €	805.879,95 €	4,35%	81,16%
06 - Transferências correntes	7.783.703,00 €	7.616.879,06 €	41,08%	97,86%
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.395.607,00 €	2.465.038,07 €	13,29%	102,90%
08 - Outras receitas correntes	75.000,00 €	9.600,35 €	0,05%	12,80%
RECEITAS CORRENTES	15.553.780,00 €	15.271.267,83 €	82,36%	98,18%
09 - Venda de bens de investimento	151.701,00 €	215.188,28 €	1,16%	141,85%
10 - Transferências de capital	1.499.243,00 €	765.968,63 €	4,13%	51,09%
11 - Activos financeiros	7.500,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
13 - Outras receitas de capital	50.000,00 €	43.335,72 €	0,23%	86,67%
RECEITAS CAPITAL	1.708.444,00 €	1.024.492,63 €	5,53%	59,97%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	750,00 €	1.034,73 €	0,01%	137,96%
16 - Saldo da gerência anterior	2.245.020,01 €	2.245.020,01 €	12,11%	100,00%
OUTRAS RECEITAS	2.245.770,01 €	2.246.054,74 €	12,11%	100,01%
RECEITA TOTAL	19.507.994,01 €	18.541.815,20 €	100,00%	95,05%



2.2.4.1 – Evolução da Receita por Natureza



2.2.4.2 – Evolução da Receita Corrente

Designação	2013	2014	2015
Impostos diretos	3.564.585,34 €	4.032.015,24 €	4.012.972,98 €
Impostos indiretos	88.622,22 €	81.422,35 €	61.360,47 €
Taxas, multas e outras penalidades	235.408,24 €	261.563,78 €	299.536,95 €
Rendimentos da propriedade	798.939,99 €	1.209.387,09 €	805.879,95 €
Transferências correntes	6.982.143,82 €	7.475.659,73 €	7.616.879,06 €
Venda de bens e serviços correntes	2.254.157,48 €	2.215.929,22 €	2.465.038,07 €
Outras receitas correntes	17.096,90 €	56.348,15 €	9.600,35 €
Receita Corrente (Total)	13.940.953,99 €	15.332.325,56 €	15.271.267,83 €

As receitas correntes cobradas em 2015 totalizaram 15.271.267,83 €, o que representa uma percentagem de execução de 98,18% face ao montante previsto. Esta receita corrente destinou-se ao financiamento da despesa da mesma natureza e uma parte da despesa de capital.

Analizando mais em pormenor as receitas correntes arrecadadas, verifica-se que a sua maioria é proveniente das transferências correntes e as restantes tiveram origem em fontes diversas salientando-se os impostos diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a Venda de Bens e Serviços Correntes.

O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS), no montante de 6.180.208,00€ e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e ação social.

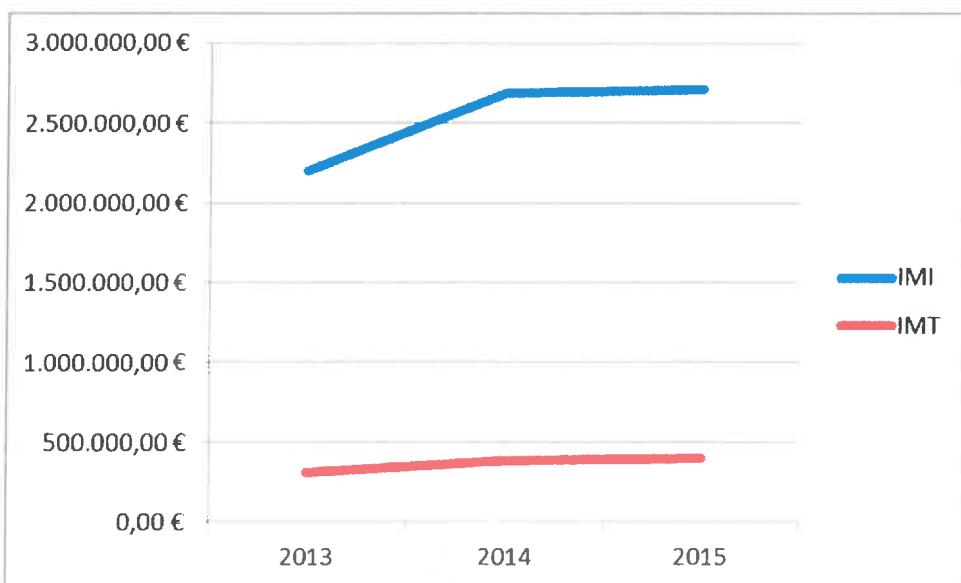
No âmbito da receita corrente assume, ainda, um peso relevante a rubrica “rendimentos de propriedade”, nomeadamente a renda paga pela EDP que ascendeu em 2015 ao montante de 559.089,42 € e a renda do parque eólico do Chão do Falcão no montante de 185.428,33€. O valor registado nesta rúbrica é inferior ao do ano transacto, dado que a renda da EDP do 4.º trimestre de 2015, no valor de 186.363,14€, foi registada em janeiro de 2016.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos impostos directos que no seu conjunto representam 26,28 % do total das receitas correntes.

Evolução dos Impostos Directos

Impostos Directos	2013	2014	2015
IMI	2.205.748,84 €	2.681.596,45 €	2.710.273,18 €
IUC	594.808,02 €	539.699,02 €	529.152,78 €
IMT	315.786,52 €	383.710,55 €	399.146,18 €
Derrama	448.205,96 €	427.009,22 €	356.873,44 €
Impostos abolidos	36,00 €	0,00 €	17.527,40 €
Totais	3.564.585,34 €	4.032.015,24 €	4.012.972,98 €

Ao nível dos impostos diretos – IMI e IMT procedemos à análise relativamente ao seu comportamento nos últimos 3 anos.





Município de Porto de Mós Câmara Municipal

A receita proveniente dos impostos diretos, é arrecadada diretamente pela Autoridade Tributária e transferida para o Município, conforme dispõe o artigo 17.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias e das entidades intermunicipais. Por este serviço de liquidação e cobrança, a Autoridade Tributária recebeu uma comissão que, no ano 2015, ascendeu a 89.732,96€, sendo 65.180,45€ referentes ao IMI.

A Digníssima Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou para o ano 2014 (cobrança no ano 2015) as seguintes taxas de IMI:

- Prédios urbanos: 0,7%
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3%

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) manteve a trajetória ascendente dos últimos dois anos, sendo que neste último ano o aumento foi menos acentuado. Este crescimento deve-se sobretudo à avaliação geral dos prédios urbanos consagrada na Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, bem como ao aumento da taxa mínima dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI de 0,2% para 0,3%, imposta legalmente pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro. O Município manteve no período em análise, e por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, as taxas mínimas impostas por lei.

O Imposto Municipal sobre transmissões onerosas (IMT), apresenta uma ligeira evolução em 2015. De notar que esta receita se encontra dependente das condições do mercado imobiliário, não estando as eventuais variações anuais no âmbito das competências municipais.

2.2.4.3 – Evolução da Receita de Capital

Designação	2013	2014	2015
Venda de bens de investimento	60.820,24 €	164.288,02 €	215.188,28 €
Transferências de capital	1.466.624,54 €	1.863.513,02 €	765.968,63 €
Passivos financeiros	- €	- €	- €
Outras receitas de capital	250.000,00 €	85.625,00 €	43.335,72 €
Receita de Capital Total	1.777.444,78 €	2.113.426,04 €	1.024.492,63 €

As receitas de capital são constituídas por venda de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários, representando na sua globalidade 5,53% do total das receitas executadas.

As “Transferências de Capital”, têm origem no Orçamento de Estado (FEF), montante que no presente exercício ascendeu a 566.338,00€. O restante valor de 199.630,63€ teve origem em projectos financiados pela Comunidade Europeia, com referência às seguintes obras “encerradas” em 2015:

- Construção do Centro Escolar de Pedreiras, no montante de 60.512,37€ (apoio financeiro concluído);



- Ampliação da Escola Básica de São Jorge, no montante de 21,55€ (apoio financeiro concluído);
- Parque da Vila de Porto de Mós, no montante de 43.335,72€ (apoio financeiro concluído);
- Programa RUCI – Rede Urbana Competitividade e Inovação do Pinhal Litoral – Normalização Sinalética, no montante de 62.207,25€;
- SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, “LRD – Simplex Autárquico”, no montante de 33.553,74€.

2.2.5 – Execução Orçamental da Despesa

2.2.5.1 – Evolução da Despesa por Natureza

A estrutura e execução da despesa do ano 2015, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Despesa por rubrica

Composição da Despesa	Previsão	Execução (valor pago)	Peso p/ Rubrica na Despesa Total %	% Execução
01 - Despesa com Pessoal	5.042.285,00 €	4.697.982,71 €	28,87%	93,17%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	6.913.620,01 €	5.864.719,56 €	36,03%	84,83%
03 - Juros e Outros Encargos	34.946,00 €	22.433,33 €	0,14%	64,19%
04 - Transferências Correntes	786.750,00 €	736.597,29 €	4,53%	93,63%
05 - Subsídios	400,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
06 - Outras Despesas correntes	124.860,00 €	101.972,73 €	0,63%	81,67%
DESPESA CORRENTE	12.902.861,01 €	11.423.705,62 €	70,19%	88,54%
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.471.100,00 €	3.808.761,40 €	23,40%	69,62%
08 - Transferências de capital	269.000,00 €	187.972,08 €	1,15%	69,88%
09 - Activos financeiros	116.433,00 €	116.433,00 €	0,72%	100,00%
10 - Passivos financeiros	680.500,00 €	678.983,14 €	4,17%	99,78%
11 - Outras Despesa de Capital	68.100,00 €	59.577,79 €	0,37%	87,49%
DESPESA CAPITAL	6.605.133,00 €	4.851.727,41 €	29,81%	73,45%
DESPESA TOTAL	19.507.994,01 €	16.275.433,03 €	100,00%	83,43%

Da análise do quadro verifica-se que da despesa efetuada pelo Município, 70,19% destina-se a despesa corrente e 29,81% a despesa de capital. As despesas com o pessoal detêm um peso de 28,87% na despesa total. A despesa corrente com maior peso na despesa total é a aquisição de bens e serviços, com 36,03%.



2.2.5.2 – Evolução da Despesa Corrente

A Despesa Corrente é composta principalmente, pelas despesas com pessoal, pela aquisição de bens e serviços e pelas transferências correntes.

A despesa corrente no ano 2015 registou um decréscimo de 131.945,13 € relativamente ao ano 2014, que se traduz numa redução de 1,14 %. Este decréscimo teve origem essencialmente na redução de custos com aquisição de bens e serviço, que registou um decréscimo de 2,85%.

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2013/2015. Os valores evidenciados resultam da execução orçamental numa “ótica de caixa”.

Evolução Despesas Correntes	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
01- Pessoal	4.611.981,14 €	4.610.720,29 €	4.697.982,71 €
02 - Aquisição de Bens e Serviços	5.615.350,37 €	6.036.860,30 €	5.864.719,56 €
03 - Juros e Outros Encargos	46.265,96 €	34.459,42 €	22.433,33 €
04 - Transferências Correntes	705.735,57 €	756.437,53 €	736.597,29 €
06 - Outras Despesa Correntes	65.782,87 €	117.173,21 €	101.972,73 €
Total	11.045.115,91 €	11.555.650,75 €	11.423.705,62 €

O capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços, significa um peso de 51,34% no conjunto da despesa corrente. Este subdivide-se em Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços, tendo sido pagos, respectivamente, os montantes de 1.620.298,99€ e 4.244.420,57€ durante o ano 2015.

No quadro seguinte encontram-se evidenciadas as principais rubricas mais determinantes no comportamento da despesa corrente - aquisição de bens e serviços, no triénio 2013 / 2015. Os valores evidenciados resultam da execução orçamental numa “ótica de caixa”.

Composição da despesa	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Variação 2015/2014
Aquisição de bens	1.378.595,61 €	1.348.160,75 €	1.405.920,56 €	4,28%
Materias Primas e Subsidiárias	154.461,36 €	132.382,72 €	157.438,16 €	18,93%
Combustíveis e Lubrificantes	342.551,08 €	312.567,38 €	257.461,67 €	-17,63%
Alimentação - Ref. Confeccionadas	403.465,86 €	438.326,16 €	482.479,80 €	10,07%
Mercadoria para venda - Água	331.599,86 €	329.904,30 €	356.792,05 €	8,15%
Outros Bens	146.517,45 €	134.980,19 €	151.748,88 €	12,42%
Aquisição de Serviços	3.572.986,71 €	4.054.243,15 €	3.737.831,11 €	-7,80%
Encargos de Instalações	1.269.917,05 €	1.471.747,49 €	1.200.557,94 €	-18,43%
Limpeza e Higiene	910.413,24 €	925.186,06 €	941.238,46 €	1,74%
Locação de outros Bens	75.742,31 €	113.266,17 €	106.060,54 €	-6,36%
Conservação de bens	310.328,25 €	324.145,02 €	306.487,76 €	-5,45%
Transportes Escolares	209.178,82 €	285.664,26 €	231.192,34 €	-19,07%
Outros Trabalhos Especializados	525.151,58 €	750.479,46 €	719.353,41 €	-4,15%
Outros Serviços	272.255,46 €	183.754,69 €	232.940,66 €	26,77%
TOTAL	4.951.582,32 €	5.402.403,90 €	5.143.751,67 €	-4,79%



Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e a sua evolução no triénio

Entidades	Tipo de Serviço	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
		Valor pago	Valor pago	Valor pago	
Suma, SA	Limpeza Higiene Urbana	610.096,93 €	624.537,42 €	625.605,25 €	0,17%
Total - EDP Universal SA + EDP Comercial, S.A.	Electricidade	1.269.033,19 €	1.470.641,22 €	1.198.745,55 €	-18,49%
Valorlis SA	Tratam.Res.Sólidos	275.134,19 €	282.136,84 €	296.887,93 €	5,23%
Simlis SA / Águas do Centro Litoral, S.A	Tratamento Efluentes	475.727,66 €	655.643,06 €	636.353,17 €	-2,94%
Total - Repsol +Petroibérica + BP	Fornecimento de combust. e Portagens	209.369,30 €	183.182,95 €	150.780,33 €	-17,69%
Associação Desportiva Portomosense	Fornec. almoços, Prolong. escolar, AECs, Transportes e apoios	362.841,25 €	324.090,52 €	313.878,20 €	-3,15%
Casa do Povo da Calvaria	Fornecimento de almoços e Prolongamento escolar	98.657,90 €	96.702,20 €	103.778,53 €	7,32%
Centro Paroquial de Assistencia do Juncal	Fornecimento de almoços e Prolongamento escolar	66.116,00 €	85.382,93 €	87.120,19 €	2,03%
Rodoviaria do Tejo SA	Transporte escolar	155.451,22 €	231.301,26 €	177.941,51 €	-23,07%
Águas do Lena SA	Fornecimento de água	58.517,06 €	44.987,03 €	46.667,24 €	3,73%
EPAL-Empresa Port. Águas Livres SA	Fornecimento de água	272.324,85 €	284.152,33 €	307.715,43 €	8,29%
CTT - Correios de Portugal SA	Avença e enc.cobrança água	80.580,40 €	86.472,29 €	100.977,34 €	16,77%
TOTAIS		3.933.849,95 €	4.369.230,05 €	4.046.450,67 €	-7,39%

2.2.5.3 - Evolução da Despesa de Capital

O quadro seguinte ilustra a evolução nos últimos três anos da despesa de capital.

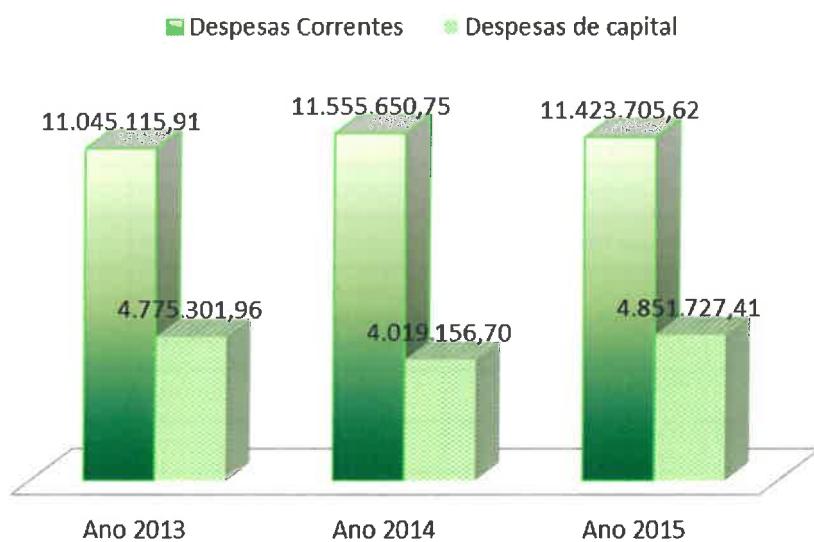
Evolução Despesas Capital	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
07 - Aquisição de Bens de Capital	3.742.543,15 €	3.149.130,00 €	3.808.761,40 €
08 - Transferências de capital	361.869,10 €	420.772,06 €	187.972,08 €
09 - Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	116.433,00 €
10 - Passivos financeiros	617.374,51 €	403.559,29 €	678.983,14 €
11 - Outras Despesa de Capital	53.515,20 €	45.695,35 €	59.577,79 €
Total	4.775.301,96 €	4.019.156,70 €	4.851.727,41 €

A despesa de capital registou uma execução de 73,45% em 2015, atingindo o montante de 4.851.727,41€.

Nas componentes da despesa de capital destaca-se a aquisição de bens capital, cujo montante representa 78,50% da despesa de capital.



2.2.5.4 – Despesas de Capital vs Despesas Correntes




Documentos de Prestação de Contas - Ano 2015



2.2.6 – Indicadores de Natureza Orçamental

O quadro que a seguir se apresenta permite comparar alguns rácios na ótica da classificação orçamental.

Rácios	2013	2014	2015
Rácios de Estrutura da Receita			
Impostos Diretos / Receita Corrente	25,57%	26,30%	26,28%
Transferência Correntes / Receitas Correntes	50,08%	48,76%	49,88%
Transferência Capital / Receita Capital	82,51%	88,17%	74,77%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	16,17%	14,45%	16,14%
Receitas Correntes / Receitas Totais	86,09%	86,04%	82,36%
Receita de Capital / Receita Total	10,98%	11,86%	5,53%
Rácios de Estrutura da Despesa			
Despesa Pessoal / Despesa Corrente	41,76%	39,90%	41,12%
Investimento / Despesa Capital	78,37%	78,35%	78,50%
Despesa Corrente / Despesa Total	69,82%	74,19%	70,19%
Despesa Capital / Despesa Total	30,18%	25,81%	29,81%
Rácios Financeiros Orçamentais			
Despesa Pessoal / Receita Corrente	33,08%	30,07%	30,76%
Transferências OE (FEF/FSM/IRS) / Despesa Total	41,43%	40,93%	41,45%
Receita Corrente / Despesa Corrente	126,22%	132,68%	133,68%
Receita Capital / Despesa Capital	37,22%	52,58%	21,12%
Receita Total / Despesa Total	102,35%	114,41%	113,93%
Rácios de Investimento			
Investimento / População Residente (*)	153,75 €	129,37 €	156,47 €
Investimento / Área Municipal (KM2) (*)	14.122,80 €	11.883,51 €	14.372,68 €
Rácia Despesa Pública por Habitante			
Despesa Total / População Residente	649,92 €	639,83 €	668,62 €

(*) Considerou-se População residente 24.342 Habitantes (Censos 2011)

(*) Considerou-se área Municipal 265 Km²

Da análise do quadro podemos concluir que:

- ✓ O peso das receitas provenientes de impostos diretos, sobre o total das receitas, teve no ano em análise um valor semelhante ao do ano passado e representaram no ano 2015, 26,28% do total de receitas;



-
- ✓ A receita contabilizada como transferência corrente representa cerca de metade do total de receitas correntes, correspondendo, no ano 2015, a 49,88% das mesmas;
 - ✓ O rácio transferências correntes / receitas de capital, permite verificar que as receitas provenientes de transferências de capital representaram 74,77% do total de receitas de capital;
 - ✓ As receitas correntes representaram em 2015, 82,36% das receitas totais arrecadadas;
 - ✓ O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes subiu ligeiramente relativamente ao ano anterior. Estas despesas representam 41,12% das despesas correntes e 30,76% das receitas correntes;
 - ✓ Em 2015 78,50% das despesas de capital dizem respeito a despesas de investimento;
 - ✓ As despesas correntes representam 70,19% das despesas totais;
 - ✓ As receitas totais do Município no ano em análise cobriram as despesas totais como já havia acontecido em 2014;
 - ✓ O montante de despesas de investimento pagas pelo Município, em 2015, representou um investimento de 156,47 € por Município;
 - ✓ O montante total das despesas pagas pelo Município, em 2015, correspondeu a 668,62 € por Município.



3 - Recursos Humanos

Os recursos humanos são um activo dos mais relevantes para o desempenho das organizações.

O sucesso ou insucesso, plasmado nos resultados das organizações, está, assim, muito dependente da eficiência e da eficácia dos seus recursos humanos.

3.1 - Quadro Estrutural do Efetivo em 31.12.2015

O número de trabalhadores ao serviço da Autarquia em 31 de dezembro do ano 2015 era de 328, distribuídos por categorias e funções conforme quadro seguinte.

	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Informática	Fiscal	Outro	TOTAL
Comissão de Serviço	3	0	0	0	0	0	2	5
CTFP por Tempo Indeterminado	0	29	62	168	3	1	0	263
CTFP a Termo Resolutivo Certo	0	22	2	36	0	0	0	60
TOTAIS	3	51	64	204	3	1	2	328

Seguidamente apresenta-se a evolução do quadro de efetivos relativamente ao ano transato.

Evolução do número de trabalhadores segundo o Grupo Profissional

Designação	2014	Peso Relat. (%)	2015	Peso Relat. (%)	Var. Abs
Dirigentes – Intermédio	3	1,00%	3	0,91%	0
Carreiras Gerais - Técnico Superior	29	9,63%	51	15,55%	22
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	62	20,60%	64	19,51%	3
Carreiras Gerais - Assistente Operacional	201	66,78%	204	62,20%	2
Informática	3	1,00%	3	0,91%	0
Fiscal	1	0,33%	1	0,30%	0
Outro	2	0,66%	2	0,61%	0
Total	301	100,00%	328	100,00%	27



Município de Porto de Mós Câmara Municipal

O número total de trabalhadores em 31 de dezembro de 2015 era de 328, registando-se um acréscimo de 27 trabalhadores em relação ao ano de 2014.

Esta diferença encontra-se devidamente justificada no quadro seguinte, onde se registam as saídas de trabalhadores por aposentação e caducidade de contratos de trabalho e novas contratações. De referir também que no ano lectivo 2015/2016 o Município assumiu a gestão direta das Actividades de Enriquecimento Curricular, que implicou a contratação por contrato por tempo determinado a termo parcial de 24 professores.

No final do ano 2015 o Município tinha 12 prestadores de serviços em regime de Tarefa / Avença.

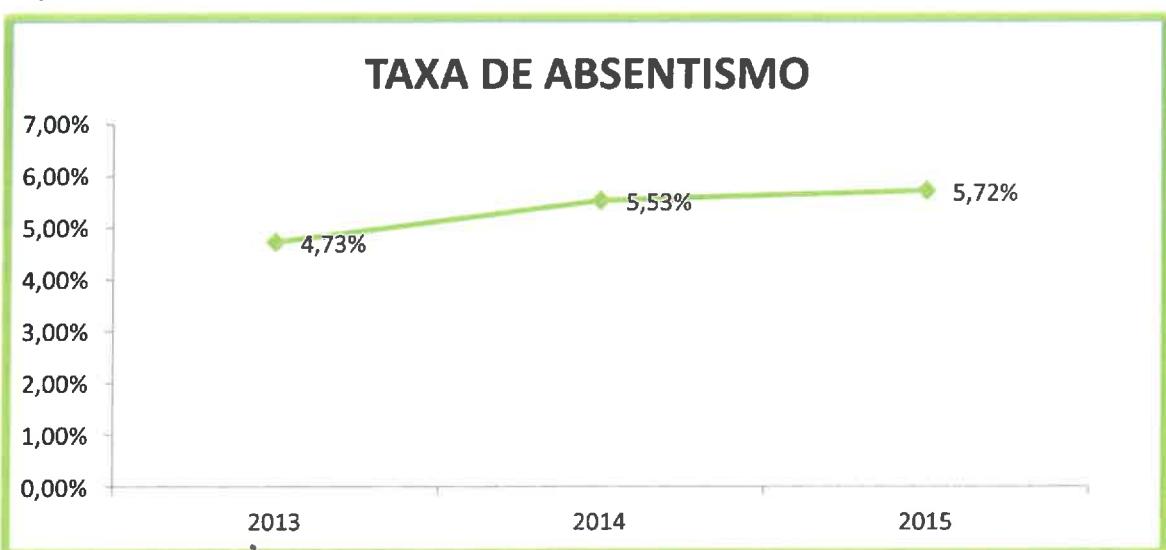
Relativamente aos Contratos Emprego – Inserção (antigos POC's) é de referir que o Município continuou, no ano 2015, a integrar utentes no âmbito das medidas de apoio ao Emprego promovidas pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, destinados a beneficiários do subsídio de desemprego, tendo sido aprovadas por aquela entidade várias candidaturas e integrados ao longo do ano 68 beneficiários.

Unidades Orgânicas	Categoria	N.º Trabalhadores	
		Saídas	Entradas
Divisão Obras Púb., Ser. Municipais e Ambiente	Assistente Operacional	1	6
	Assistente Operacional	29	26
Divisão de Educação, Acção Social e Juventude	Técnico Superior (*)	-	22
	Assistente Técnico (*)	-	2
Divisão de Cultura, Turismo e Desporto	Assistente Operacional	2	3
	Total	32	59

(*) Trabalhadores afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular

3.2 – Evolução do Absentismo

O gráfico seguinte evidencia a evolução da taxa de absentismo no triénio 2013/2015.





Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

O quadro seguinte demonstra as causas do absentismo e sua evolução ao longo dos últimos três anos.

Tipos de Faltas	2013		2014			2015		
	Nº. Dias	% de Faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 13	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 14
Bx. por Doença (Ssocial)	608	5,13%	1581	12,49%	973	1616	13,96%	35
Baixa Doença Familiar (S.Social)	132	1,11%	98	0,77%	-34	167	1,44%	69
Cons. Méd./Trat.A.Famil.<10 anos	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Cons. Méd./Trat.A. Famil.	9	0,08%	28	0,22%	19	39	0,34%	11
Assist.Famil.<10 anos	3	0,03%	0	0,00%	-3	0	0,00%	0
Assit. A Familiares	20	0,17%	0	0,00%	-20	0	0,00%	0
Cumprtº. Obrig.Legais	0	0,00%	4	0,03%	4	2	0,02%	-2
Injustificadas	2	0,02%	0,5	0,00%	-1,5	0	0,00%	-0,5
Part.Mesa Eleitoral	0	0,00%	2	0,02%	2	2	0,02%	0
Por actividade Sindical	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Casamento	21	0,18%	0	0,00%	-21	0	0,00%	0
Por conta per. férias	165,5	1,40%	151,5	1,20%	-14	127	1,10%	-24,5
Serviço Sindical	47	0,40%	45	0,36%	-2	50	0,43%	5
Doença (intern.Hosp.)	42	0,35%	219	1,73%	177	47	0,41%	-172
Doença	2594	21,88%	2369	18,71%	-225	2465	21,29%	96
Exs Povas de Avaliação	17	0,14%	10	0,08%	-7	6	0,05%	-4
Falecimento Familiar	50	0,42%	46	0,36%	-4	78	0,67%	32
Greve	57	0,48%	2	0,02%	-55	22	0,19%	20
Falta por participação campanha eleitoral	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Falta Trat. Ambulatorio-próprio	18	0,15%	3	0,02%	-15	0	0,00%	-3
Licença Parental inicial	7	0,06%	0	0,00%	-7	147	1,27%	147
Maternidade (Ssocial)	590	4,98%	567	4,48%	-23	556	4,80%	-11
Falta paternidade (Seg.social)	46	0,39%	0	0,00%	-46	73	0,63%	73
Falta assist. a famili.>q 12 anos	8	0,07%	0	0,00%	-8	0	0,00%	0
Falta assist. filhos < q 12 anos	75	0,63%	15	0,12%	-60	15	0,13%	0
falta por licença inicial excl. pai	45	0,38%	0	0,00%	-45	0	0,00%	0
Licença Parental alargada	21	0,18%	70	0,55%	0	0	0,00%	-70
Licença risco clínico durante a gravidez	0	0,00%	0	0,00%	0	68	0,59%	68
Sub Total , sem férias	4580,5	4,73%	5211	5,53%	630,5	5480	5,72%	269
Férias ano anterior	259,5	2,19%	260	2,05%	0,5	203	1,75%	-57
Férias contratados	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Férias	7015,5	59,18%	7190,5	56,79%	175	5897	50,92%	-1293,5
Totais, inc. férias	11.855,50	12,25%	12.661,50	13,44%		806	11580,00	12,08%
								-1081,5

Da apreciação do mesmo, verifica-se que no ano 2015, à semelhança dos anos anteriores, as faltas por motivo de doença continuam a ser a razão principal da ausência ao serviço, ocupando cerca de 37,09% das faltas verificadas, seguidas das faltas por maternidade / paternidade, com cerca de 6,66% do total das faltas.

Constata-se ainda, que as ausências correspondem, em grande percentagem, a direitos com elevada proteção legal e até social, resultantes da permissiva legislação laboral em vigor.



3.3 – Despesas com o Pessoal

Assembleia Municipal	2013	2014	2015
Despesas com pessoal	23.832,92 €	9.541,97 €	11.575,38 €
Abonos variáveis ou eventuais	23.781,60 €	9.495,18 €	11.528,36 €
Outros suplementos e prémios	23.781,60 €	9.495,18 €	11.465,61 €
Ajudas de custo	- €	- €	62,75 €
Seguros	51,32 €	46,79 €	47,02 €
Câmara Municipal			
Despesas com pessoal	4.588.148,22 €	4.601.178,32 €	4.686.407,33 €
Remunerações certas e permanentes	3.640.102,90 €	3.575.487,07 €	3.612.758,80 €
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	107.529,77 €	96.050,55 €	98.284,44 €
Pessoal quadros - regime contrato individual trabalho	2.442.295,80 €	2.390.715,28 €	2.375.841,24 €
Pessoal contratado a termo	93.155,53 €	74.827,78 €	131.723,68 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	51.803,06 €	55.496,04 €	59.359,40 €
Pessoal aguardando aposentação	3.187,46 €	2.108,41 €	5.471,12 €
Pessoal em qualquer outra situação	72.340,80 €	98.012,04 €	74.402,53 €
Representação	29.373,24 €	29.231,54 €	29.346,12 €
Subsídio de refeição	317.634,41 €	308.610,50 €	306.773,90 €
Subsídio de férias e de Natal	478.207,44 €	465.145,27 €	473.377,25 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	44.575,39 €	55.289,66 €	58.179,12 €
Abonos variáveis ou eventuais	48.962,17 €	42.256,33 €	85.705,95 €
Horas extraordinárias	36.066,59 €	29.458,69 €	32.969,45 €
Ajudas de custo	884,90 €	339,98 €	1.403,81 €
Abono para falhas	3.773,06 €	3.605,84 €	3.112,65 €
Subsídio de turno	5.056,58 €	4.962,05 €	29.260,82 €
Indemnizações por cessação de funções	1.008,40 €	323,34 €	15.717,60 €
Outros suplementos e prémios	2.172,64 €	3.566,43 €	3.241,62 €
Segurança social	899.083,15 €	983.434,92 €	987.942,58 €
Encargos com a saúde	122.960,20 €	112.869,69 €	115.271,08 €
Outros encargos com a saúde	44.978,25 €	50.296,65 €	44.566,24 €
Subsídio familiar a criança e jovens	17.174,52 €	19.147,03 €	16.469,42 €
Outras prestações familiares	11.023,71 €	10.672,03 €	6.533,46 €
Contribuições para a segurança social	677.285,63 €	760.441,67 €	780.385,42 €
Caixa Geral de Aposentações	430.209,59 €	506.835,06 €	513.572,04 €
Segurança social-Regime geral	247.076,04 €	253.606,61 €	266.813,38 €
Segurança social-Regime geral (avenças)	- €	201,25 €	490,48 €
Outras pensões	- €	7.721,73 €	- €
Seguros	25.660,84 €	22.084,87 €	24.226,48 €
Total das Despesas com o Pessoal	4.611.981,14 €	4.610.720,29 €	4.697.982,71 €

As despesas com o pessoal têm sido objeto de muita atenção por parte do Executivo Municipal. Para além do controlo e limitação legal impostos pela Administração Central neste domínio, também o Executivo Municipal se preocupa em analisar os gastos e a subscrever aumentos apenas nos casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2013/2015.

As despesas efetivas com pessoal ascenderam em 2015 a 4.697.982,71€, verificando-se um ligeiro aumento em relação ao ano anterior de 1,89%. Estas despesas representam 41,12% das despesas correntes e 28,87 % do total das despesas.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

As despesas com pessoal abrangem as remunerações certas e permanentes a título de vencimentos, subsídios de refeição, de férias e de Natal, abonos variáveis ou eventuais e encargos da entidade, referente aos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal do quadro, do pessoal contratado a termo, do pessoal em qualquer outra situação e do pessoal em regime de avença e tarefa.

Na rubrica segurança social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições do Município enquanto entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações, e para o Regime Geral da Segurança Social e as despesas com a ADSE (sistema de saúde dos trabalhadores em funções públicas). No que se refere a estas últimas é de referir que as autarquias locais suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregado familiar indexado.

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para o ano 2015) no seu artigo 62.º estabelece as regras da “Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local”. Estabelece desde logo o n.º 2 do referido artigo que os Municípios não podem aumentar as despesas com pessoal no ano 2015. Contudo o n.º 4 refere que *“O município que no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, pode em 2015 aumentar aquelas despesas em montante correspondente a 20 % da margem disponível.”*. Nos termos do n.º 5 do artigo 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e da nota explicativa da DGAL – Direcção-Geral da Autarquias Locais, de agosto de 2015, sobre a “Gestão de Pessoal nos Municípios – Interpretação da Lei do Orçamento de Estado para 2015”, não relevam para os efeitos atrás referidos os aumentos da despesa com pessoal que decorre, de entre outras, das seguintes situações:

- Atualização do Salário Mínimo Nacional (Decreto - Lei n.º 144/2014 de 30 de setembro);
- Comparticipações efetuadas diretamente aos trabalhadores e respetivos familiares por despesas de saúde;
- Reembolsos efetuados pelo município à ADSE, respeitantes a despesas com cuidados de saúde prestados a beneficiários da ADSE (trabalhadores e respetivos familiares);
- Despesa resultante da atualização dos vencimentos dos funcionários públicos (reversão de 20% da redução remuneratória, consagrado no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de Setembro. Os aumentos dos respetivos encargos sociais não são considerados excecionados);
- Despesa resultante da assunção pelo município de pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local (os aumentos das despesas com pessoal verificados no ano em curso face a 2014, que decorram de protocolos de transferência de competências);
- Despesa resultante de decisões judiciais.



O quadro abaixo demonstra que o Município de Porto de Mós apesar de ter registado um acréscimo de trabalhadores comparativamente ao ano 2014, cumpriu o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Designação	Despesa pessoal (capítulo 01)	Despesa aquisição serviços (Capítulo 02.02)	Valor excepcionado	Valor Total
Média receita corrente líquida (2012, 2013 e 2014)	(1)			14.015.977 €
35% da Média receita corrente líquida (2012, 2013 e 2014)	(2)			4.905.592 €
Despesas com pessoal (capítulo 01) e aquisição serviços (Capítulo 02.02) ano 2014	(3)	4.610.720,29 €	75.427,25 €	N/A 4.686.148 €
Margem disponível	(4) = (3) - (2)			219.444 €
20 % margem disponível	(5)=20%*(4)			43.889 €
Limite das despesas com pessoal (Capítulo 01) e aquisição serviços (Capítulo 02.02) para o ano 2015	(6) = (3) + (5)			4.730.036 €
Despesas com pessoal e aquisição serviços ano 2015 (incluindo exceções)	(7)	4.697.982,71 €	76.598,86 €	86.669,60 € 4.687.912 €

4 - Apoio Social

Os serviços de natureza social prestados pelo Município, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada vez maior no conjunto das despesas correntes.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente nos últimos anos. Este aumento de atividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

Importa referir que no ano 2015 a verba transferida no âmbito do Fundo Social Municipal se destinou exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelo município no domínio da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico (art.º 87º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2015).

Neste sentido e no âmbito das competências do Município foram disponibilizados aos alunos, o serviço de refeições quer no Pré – Escolar quer no 1º Ciclo do ensino básico, os prolongamentos de horário, o serviço de transportes escolares e a dinamização das actividades de enriquecimento curricular.

Com base no princípio do dever de informação estatuído no artigo 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, este município comunica à DGAL – através da aplicação SIIAL – as despesas elegíveis para atribuição e justificação deste fundo, as quais ascendem aos valores apresentados no quadro e gráfico seguintes.



Despesas e Receitas na Área Educativa

Anos	Despesa c/ Educação	Receita c/Educação	Fundo Social Municipal OE	Parte Suportada Município
ANO 2013	1.833.073 €	957.495 €	353.725 €	521.853 €
ANO 2014	1.901.841 €	987.855 €	353.725 €	560.261 €
ANO 2015	1.916.383 €	824.305 €	406.861 €	685.217 €

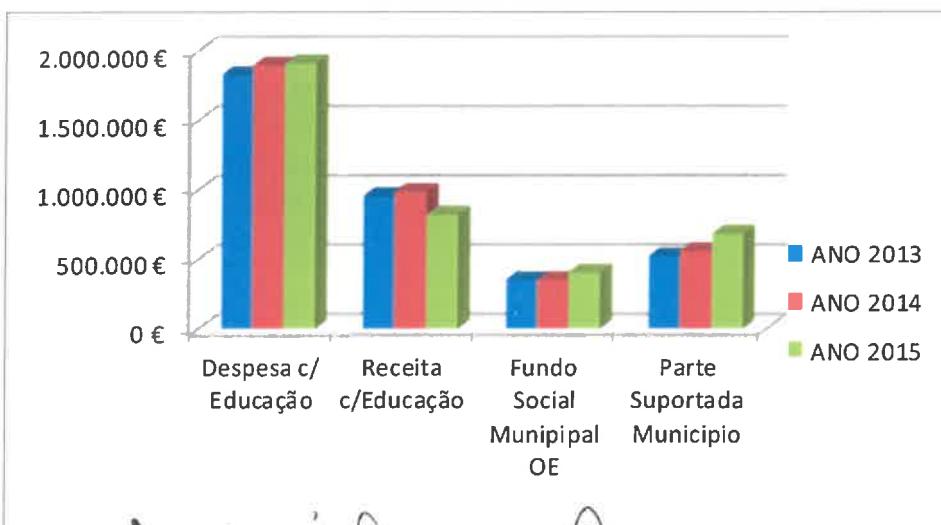
Fonte: Fundo Social Municipal – DGAL

No âmbito do Fundo Social Municipal (FSM) é elegível toda a despesa corrente paga no ano económico, relativa às competências atribuídas ao Município para o Pré-escolar e 1º Ciclo do ensino básico. O valor apresentado engloba todas as despesas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino e dos serviços prestados, incluindo não só as remunerações pagas ao pessoal não docente, como também os custos com as refeições escolares, transportes escolares, os custos com as actividades de enriquecimento curricular, entre outras despesas correntes associadas.

O quadro supra reflete um aumento anormal de 2014 para 2015, no que se refere à “parte suportada pelo Município”, no montante de 124.956,00€ (+22,3%) que importa justificar:

- Despesa global com a educação:** O aumento verificado, quando comparado com o exercício anterior, foi mínimo e resultou, essencialmente, da alteração de sujeição a Iva nas refeições escolares.
- Receita global com a educação:** A quebra verificada, no montante de 163.550,00€ (-16,6%), prende-se com as reduções verificadas naquilo que diz respeito à “componente do apoio à família” (menos 107.681,83€ em 2015) e à comparticipação por aluno para as AEC’s (menos 63.487,36€ em 2015) montantes recebidos da Administração Central.

O Município, não obstante as reduções verificadas entendeu manter em 2015 o mesmo nível de serviços na área da educação suportando o acréscimo do custo líquido da resultante.





5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

5.1 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2013/2015

	2013	2014	2015
Contribuintes C/C	13.690,16 €	10.973,97 €	22.210,79 €
Utentes C/C	231.402,70 €	171.671,95 €	295.840,14 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	19.147,59 €	85.618,58 €	49.884,38 €
Estado e outros entes públicos	126.283,28 €	181.795,47 €	195.045,28 €
Outros Devedores	0,00 €	4.415,21 €	233.087,04 €
Total	390.523,73 €	454.475,18 €	796.067,63 €

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos municípios fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo, nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja, o fornecimento do bem ou a prestação do serviço nem sempre é acompanhado de imediato da correspondente contrapartida monetária.

De acordo com o quadro acima apresentado, em termos contabilísticos, os valores a receber de terceiros estão repartidos entre “contribuintes c/c” e “utentes c/c”. Consideram-se como “contribuintes c/c” todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia e “utentes c/c” todos os utilizadores de bens e serviços autárquicos, nomeadamente serviços de abastecimento de água e saneamento e serviços de apoio à educação.

O saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” diz respeito ao valor do “Imposto Sobre o Valor Acrescentado” a recuperar.

O saldo da rubrica “Outros Devedores” diz respeito ao valor da renda da EDP referente ao 4º trimestre, no montante de 186.363,14€, cuja receita só foi contabilizada em janeiro do ano 2016, bem como do valor de 42.907,08€ devido, no âmbito do protocolo estabelecido com a Guarda Nacional Republicana, para comparticipação das despesas com a obra do quartel da GNR de Porto de Mós, cujo valor foi pago e contabilizado em janeiro do ano 2016.



5.2 - Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2013/2015

	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Dívida Financeira	3.642.289,21 €	3.238.729,92 €	2.559.746,78 €
Empréstimos M/L Prazo	3.642.289,21 €	3.238.729,92 €	2.559.746,78 €
Dívida Operacional	1.137.991,02 €	892.929,29 €	1.103.111,74 €
Fornecedores Conta Corrente	367.914,46 €	147.851,67 €	279.948,98 €
Fornecedores de Imobilizado	42.718,51 €	11.375,10 €	35.235,82 €
Estado e Entes Públicos (1)	53.693,05 €	119.340,79 €	121.242,56 €
Administração Autárquica (1)	39.740,30 €	24.660,97 €	882,84 €
Outros Credores (1)	523.578,16 €	540.865,09 €	653.831,79 €
Leasing	110.346,54 €	48.835,67 €	11.969,75 €
Total do Passivo (2)	4.780.280,23 €	4.131.659,21 €	3.662.858,52 €

(1) No valor da dívida operacional está incluído o montante de 705.691,22€ referente a operações de tesouraria que incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e cauções prestadas. Este valor está evidenciado no mapa de operações de tesouraria que faz parte integrante da prestação de contas.

(2) No valor total do passivo não está refletido o montante de 698.597,02€ referente às unidades de participação a subscrever para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, dado que o referido valor não releva para o cálculo da dívida total do Município, conforme referido no ponto 7. Endividamento deste relatório.

5.2.1 - Dívida Financeira:

Nos termos do estipulado no artigo 98º da Lei 82-B/2014 (Orçamento de Estado para o ano 2015), o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, bem como o aumento das transferências do Orçamento de Estado verificadas no FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro e na participação de IRS, é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades:

- a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto no artigo 64.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2013;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do município;

De acordo com as comunicações da Autoridade Tributária, para os efeitos previstos no supracitado artigo 98.º, foi apurada uma variação positiva da receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana, no montante de 356.107,73€. Ainda, nos termos do mencionado artigo 94.º, foi também comunicado pela Autoridade Tributária o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho, cujo montante ascende a 4.142,25€. Perfazendo assim um montante total de 360.249,98€.

O aumento verificado no FEF e no IRS relativamente ao ano transacto registou o



valor de 318.734,00€.

Deste modo, o montante resultante da aplicação do artigo 98º da Lei do Orçamento de Estado para o ano 2015 ascendeu a 678.984€.

À semelhança da opção tomada no ano transacto o Município decidiu que o montante supra mencionado fosse utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

Durante o ano 2015 e por via das amortizações ordinárias dos empréstimos, a dívida de médio e longo prazo foi reduzida no valor de 327.225,14 €, registando-se uma diferença em relação ao valor apurado pela Autoridade Tributária, bem como ao registado pelo aumento da transferência do FEF e do IRS no valor de 351.758,00€.

Neste sentido e para cumprimento do atrás exposto, o montante 351.758€ foi utilizado na amortização extraordinária de dois empréstimos. Foi solicitada e aceite pelo banco Caixa Geral de Depósitos a amortização total do empréstimo, referente à construção da Zona Desportiva, no montante de 208.267,75€. Foi também solicitada e aceite pelo banco Santander Totta a amortização parcial do empréstimo, referente à aquisição de dois terrenos, no montante de 143.490,25€.

Esta opção contribuiu para que a dívida de médio e longo prazo registasse uma redução de 20,96% relativamente ao ano de 2014.

5.2.2 - Dívida Operacional:

Verificou-se um acréscimo da dívida a curto prazo de 23,54%, cujo maior peso incidiu na dívida a fornecedores gerais (de bens e serviços correntes e de bens de investimento).

Concluímos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos, verificando-se uma redução do seu passivo em cerca de 11,35% em comparação com o ano transato.

6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias

Considerando o período de 2013 a 2015, podemos observar pelo quadro seguinte que o prazo médio de pagamentos do ano 2015 aumentou comparativamente com o ano transacto, mantendo-se abaixo do registado ano 2013. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério.

Capítulos	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Aquis. Bens e Serviços	6.004.681,70 €	6.208.821,96 €	5.864.719,56 €
Aquis. Bens de capital	3.785.261,66 €	3.160.343,27 €	3.808.761,40 €
Total	9.789.943,36 €	9.369.165,23 €	9.673.480,96 €
Dívida a fornecedores	432.049,84 €	183.174,93 €	315.701,11 €
Prazo Médio em dias	16	7	12



7 - Endividamento Municipal

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a forma de calculo do Endividamento Municipal, bem como, o limite de endividamento de cada Município, sofreram alterações. O conceito de endividamento municipal passou a designar-se dívida total de operações orçamentais.

Assim, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada pelo município nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo define que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º (“...incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...”), os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Nos termos do citado artigo 54.º Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis nºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, **em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º** daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;



- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

7.1 - Limite da Dívida Total do Município de Porto de Mós

Nos termos do disposto anteriormente e de acordo com o n.º1 do artigo 52.º da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro, a dívida total do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De referir que nos termos do n.º 8 do artigo 98.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para o ano 2015), o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O limite da dívida total do Município para o ano 2015 é:

Receita Corrente Líquida Ano 2012	Receita Corrente Líquida Ano 2013	Receita Corrente Líquida Ano 2014	Média (2012, 2013, 2014)	Limite p/2015 1,5*média
12.826.306€	13.914.957€	15.306.667€	14.015.977€	21.023.965€

7.2 - Montante da Dívida Total

Nos termos do disposto no n.º2 do artigo 52.º da lei supra mencionada, a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. A este montante acresce, nos termos do artigo 54.º da referida Lei, a dívida total das entidades mencionadas no quadro seguinte.

Dívida Total de Operações Orçamentais do Município	2.957.167,30€
• Dívidas a Terceiros M/L Prazo	2.559.746,78€
• Dívidas a Terceiros Curto Prazo	397.420,52€
Entidades Relevantes para efeitos do cálculo da Dívida Total	23.879,90€
ANMP- associação Nacional Municípios Portugueses	290,81€
AIRC – Associação Informática da Região Centro	5.464,52 €
Mapicentro - Sociedade Abate, Com. Transf. Carnes e Subp., S.A.	226,32€
CEPAE – Centro de Património da Estremadura	0,01€
ADAE – Associação de Desenvolvimentos da Alta Estremadura	14.305,14 €
ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	593,92 €
ADSAICA – Associação Desenv. Serra D'Aire e Candeeiros	2.102,40€
WRC – Agência para o Desenvolvimento Regional	228,03€
CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	668,75€
MONTANTE DA DIVIDA TOTAL	2.981.047,20 €



O limite legal de endividamento da autarquia permitido para o ano de 2015 era de **21.023.965€**. O montante da dívida total do Município a considerar apurado em 31 de dezembro foi de **2.981.047,20€** correspondendo a cerca de **14,18%** do máximo legal permitido, ficando este Município muito aquém do referido limite.

8 – Execução das GOP'S e do Plano

São dois os documentos previsionais nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais: as Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento.

Portanto, para além da análise orçamental, importa também fazer uma análise à execução destes documentos previsionais.

Nas GOP's são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e são constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e as Atividades Mais Relevantes (AMR's).

No PPI, que obrigatoriamente deve estar em consonância com o orçamento, são discriminados todos os projetos de investimento relativamente aos quais se prevejam pagamentos durante o ano. A execução do PPI, fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano.

As AMR's englobam as transferências correntes e da capital concedidas, bem como outras actividades que assumem importância para a atividade municipal.

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2015, que inclui as alterações e revisões feitas, foi de 9.441.375,26 € e o valor executado de 7.425.190,58€ verificando-se um grau de execução de 78,65%. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2015 por objetivos.

O Quadro abaixo evidencia o total executado nas Grandes Opções do Plano que representou 45,62 % do total das despesas, assim distribuído:

- ✓ Execução do Plano Plurianual de Investimentos: 3.308.761,40 €;
- ✓ Execução da Atividades Mais Relevantes: 3.616.429,18 €.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

	PPI	AMR	Total GOP's	%
Funções Gerais	644.808,91 €	232.297,33 €	877.106,24 €	11,81%
Administração Geral	601.902,55 €	57.377,29 €	659.279,84 €	8,88%
Segurança e Ordem Públicas	42.906,36 €	4.996,26 €	47.902,62 €	0,65%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	- €	169.923,78 €	169.923,78 €	2,29%
Funções Sociais	2.342.864,04 €	2.778.566,31 €	5.121.430,35 €	68,97%
Ensino Pré-Escolar	13.503,51 €	- €	13.503,51 €	0,18%
Ensino Básico	385.874,77 €	1.117,01 €	386.991,78 €	5,21%
Serviços Auxiliares de Ensino	- €	827.299,75 €	827.299,75 €	11,14%
Saúde	- €	4.500,00 €	4.500,00 €	0,06%
Acção Social	- €	18.961,57 €	18.961,57 €	0,26%
Ordenamento do Território	595.624,77 €	- €	595.624,77 €	8,02%
Saneamento	337.596,59 €	709.954,17 €	1.047.550,76 €	14,11%
Abastecimento de Água	704.283,44 €	1.203,65 €	705.487,09 €	9,50%
Resíduos Sólidos	7.349,25 €	917.635,77 €	924.985,02 €	12,46%
Prot. meio Ambiente e Conservação Natureza	142.742,95 €	- €	142.742,95 €	1,92%
Cultura	93.884,59 €	166.600,16 €	260.484,75 €	3,51%
Desporto, Recreio e Lazer	62.004,17 €	96.294,23 €	158.298,40 €	2,13%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	- €	35.000,00 €	35.000,00 €	0,47%
Funções Económicas	821.088,45 €	116.433,00 €	937.521,45 €	12,63%
Indústria e Energia	8.975,00 €	- €	8.975,00 €	0,12%
Transportes e Comunicações	776.830,65 €	- €	776.830,65 €	10,46%
Mercados e Feiras	35.282,80 €	- €	35.282,80 €	0,48%
Turismo	- €	- €	- €	0,00%
Investimentos Financeiros	- €	116.433,00 €	116.433,00 €	1,57%
Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento	- €	- €	- €	0,00%
Outras Funções	- €	489.132,54 €	489.132,54 €	6,59%
Transferências entre Administrações	- €	489.132,54 €	489.132,54 €	6,59%
Total	3.808.761,40 €	3.616.429,18 €	7.425.190,58 €	100,00%

8.1 - Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes

As Atividades Mais Relevantes (AMR's) no Município englobam ações que, pela sua dimensão, materialidade e finalidade, devem ter referência especial no âmbito das despesas correntes.



Documentos de Prestação de Contas – Ano 2015



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

O montante previsto para a execução das atividades mais relevantes no exercício de 2015 foi de 3.970.275,26 € e o montante global executado de 3.616.429,18 €, o que representa 48,70% do total das Grandes Opções do Plano e 22,22% do total das despesas realizadas.

As Atividades Mais Relevantes registaram um grau de execução de 91,09%.

Este elevado grau de execução fica a dever-se, nomeadamente, às “transferências entre administrações”, aos “apoios a diversas entidades” e a contratos relacionados com a “recolha e tratamento de resíduos sólidos”.

Destacam-se também os gastos com a educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

Execução do AMR's

	Montante Previsto	Montante Executado	
		Valor	%
Funções Gerais	274.816,26 €	232.297,33 €	84,53%
Administração Geral	85.820,00 €	57.377,29 €	66,86%
Segurança e Ordem Públicas	4.996,26 €	4.996,26 €	100,00%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	184.000,00 €	169.923,78 €	92,35%
Funções Sociais	3.049.426,00 €	2.778.566,31 €	91,12%
Ensino Básico	2.220,00 €	1.117,01 €	50,32%
Serviços Auxiliares de Ensino	931.700,00 €	827.299,75 €	88,79%
Saúde	5.000,00 €	4.500,00 €	90,00%
Acção Social	29.500,00 €	18.961,57 €	64,28%
Ordenamento do Território	10.000,00 €	- €	0,00%
Saneamento	719.200,00 €	709.954,17 €	98,71%
Abastecimento de Água	7.956,00 €	1.203,65 €	15,13%
Resíduos Sólidos	982.000,00 €	917.635,77 €	93,45%
Cultura	198.850,00 €	166.600,16 €	83,78%
Desporto, Recreio e Lazer	107.000,00 €	96.294,23 €	89,99%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	56.000,00 €	35.000,00 €	62,50%
Funções Económicas	116.683,00 €	116.433,00 €	99,79%
Investimentos Financeiros	116.683,00 €	116.433,00 €	99,79%
Outras Funções	529.350,00 €	489.132,54 €	92,40%
Transferências entre Administrações	529.350,00 €	489.132,54 €	92,40%
Total	3.970.275,26 €	3.616.429,18 €	91,09%



8.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2015 totalizou o valor de 3.808.761,40€, o que representa 51,30% do total das Grandes Opções do Plano e 23,40% do total das despesas realizadas. O investimento inicial previsto no PPI era de 5.471.100,00€ pelo que se verificou um grau de execução de 69,62%.

Execução do PPI

	Montante Previsto	Montante Executado	
	Valor	Valor	%
Funções Gerais	803.250,00 €	644.808,91 €	80,27%
Administração Geral	661.250,00 €	601.902,55 €	91,02%
Segurança e Ordem Públicas	127.500,00 €	42.906,36 €	33,65%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	14.500,00 €	- €	0,00%
Funções Sociais	3.677.350,00 €	2.342.864,04 €	63,71%
Ensino Pré-Escolar	35.500,00 €	13.503,51 €	38,04%
Ensino Básico	892.400,00 €	385.874,77 €	43,24%
Acção Social	500,00 €	- €	0,00%
Ordenamento do Território	822.000,00 €	595.624,77 €	72,46%
Saneamento	565.500,00 €	337.596,59 €	59,70%
Abastecimento de Água	961.850,00 €	704.283,44 €	73,22%
Resíduos Sólidos	8.000,00 €	7.349,25 €	91,87%
Proteção meio Ambiente e Conservação Natureza	157.000,00 €	142.742,95 €	90,92%
Cultura	146.700,00 €	93.884,59 €	64,00%
Desporto, Recreio e Lazer	82.900,00 €	62.004,17 €	74,79%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	5.000,00 €	- €	0,00%
Funções Económicas	990.500,00 €	821.088,45 €	82,90%
Indústria e Energia	87.000,00 €	8.975,00 €	10,32%
Transportes e Comunicações	845.000,00 €	776.830,65 €	91,93%
Mercados e Feiras	52.500,00 €	35.282,80 €	67,21%
Turismo	5.000,00 €	- €	0,00%
Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento	1.000,00 €	- €	0,00%
Total	5.471.100,00 €	3.808.761,40 €	69,62%



9 – Análise da Situação Económica e Financeira

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se no presente ponto uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Porto de Mós no final do exercício de 2015.

9.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

9.1.1 - Balanço

Um dos documentos mais importantes na análise financeira de uma entidade é o Balanço. Este documento reflete a posição financeira e patrimonial à data de 31 dezembro de 2015 comparando-se, ainda, com a registada contabilisticamente nos dois períodos homólogos de 2014 e 2013.

Balanço	2013	2014	2015
Ativo	56.860.381,71 €	60.281.814,93 €	61.333.055,20 €
Ativo Fixo	50.711.792,05 €	51.424.132,63 €	52.057.824,77 €
• Imobilizado	50.711.792,05 €	51.424.132,63 €	52.057.824,77 €
Ativo Circulante	2.992.229,81 €	4.897.821,52 €	5.378.672,36 €
• Existências	1.680.522,37 €	1.684.794,20 €	1.660.415,72 €
• Dívidas de Terceiros	371.376,14 €	368.856,60 €	746.183,25 €
• Disponibilidades	940.331,30 €	2.844.170,72 €	2.972.073,39 €
Acréscimos e Diferimentos	3.156.359,85 €	3.959.860,78 €	3.896.558,07 €
Fundos Próprios	40.377.666,84 €	42.752.757,82 €	44.885.934,64 €
• Património	17.241.938,72 €	17.631.568,72 €	17.634.090,22 €
• Reservas	698.687,68 €	904.616,74 €	1.011.791,56 €
• Resultados Transitados	18.347.459,16 €	22.124.975,91 €	24.215.566,61 €
• Resultados Líquidos	4.089.581,28 €	2.091.596,45 €	2.024.486,25 €
Passivo	16.482.714,87 €	17.529.057,11 €	16.447.120,56 €
Passivo Exigível	4.780.280,23 €	4.946.689,23 €	4.361.455,54 €
• Dív. a Terceiros M/LP			
Dívidas a Instit. Financeiras	3.642.289,21 €	3.238.729,92 €	2.559.746,78 €
• Unid. Participação - FAM	0,00 €	815.030,02 €	698.597,02 €
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	1.137.991,02 €	892.929,29 €	1.103.111,74 €
Passivo Não Exigível	11.702.434,64 €	12.582.367,88 €	12.085.665,02 €
• Acréscimos e Diferimentos	11.702.434,64 €	12.582.367,88 €	12.085.665,02 €

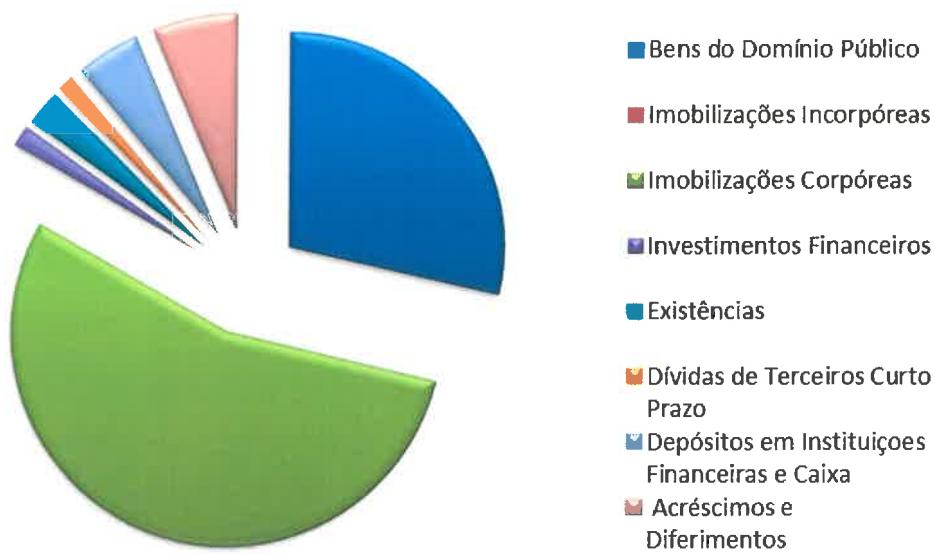
Documentos de Prestação de Contas - Ano 2015



9.1.1.1 - Estrutura do Ativo

O ativo reflete os bens e direitos do Município e engloba também os acréscimos e os diferimentos.

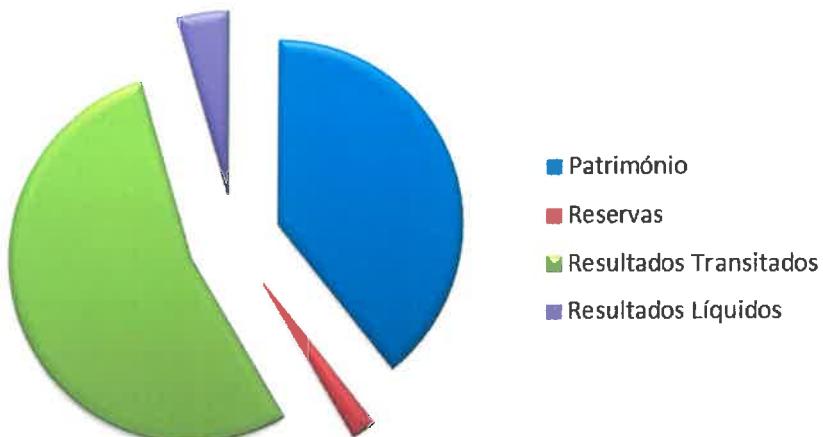
O gráfico a seguir evidencia as parcelas que compõem o ativo a 31/12/2015.



O total do Ativo Líquido atingiu em 2015 o montante de **61.333.055,20€** traduzindo um acréscimo de 1,74% face ao ano transato, impulsionado essencialmente pelo aumento do Ativo Circulante registado a 31.12.2015.

9.1.1.2 - Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

O gráfico a seguir evidencia as parcelas que compõem os Fundos Próprios a 31-12-2015.



Os Fundos Próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em 44.885.934,64€ traduzindo uma subida de 4,99% em relação ao ano 2014, justificado pelo aumento do Resultados Transitados e Reservas.

O passivo exigível do Município é, principalmente, de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo pressão imediata sobre a tesouraria. Para além disso, assume também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A expressiva rubrica de acréscimos de diferimentos contempla o montante de 11.482.695,63€ de proveitos diferidos, que dizem respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

9.1.2 - Demonstração de Resultados

Da análise da Demonstração de Resultados consegue-se perceber como o resultado do exercício do ano 2015 foi gerado, tendo em conta os custos e perdas e os proveitos e ganhos, operacionais, financeiros e extraordinários.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	Períodos		Euro
		2015	2014	
Vendas	+ (*)	1.103.844,65 €	874.068,90 €	
Prestações de serviços	+ (*)	1.338.015,60 €	1.238.628,75 €	
Impostos e taxas	+ (*)	4.264.933,10 €	4.225.787,35 €	
Transferências e subsídios obtidos	+ (*)	8.209.843,88 €	8.068.967,21 €	
Outros proveitos e ganhos operacionais	+ (*)	1.177.097,21 €	1.371.574,94 €	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	-529.106,22 €	-423.140,68 €	
Fornecimentos e serviços externos	-	-5.224.856,33 €	-5.233.942,45 €	
Gastos com o pessoal	-	-4.694.084,24 €	-5.013.000,88 €	
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	-	-738.033,57 €	-750.261,64 €	
Provisões do Exercício	-	-16.374,44 €	-66.470,99 €	
Outros gastos e perdas operacionais	-	-49.128,72 €	-60.854,79 €	
Resultado antes de amortizações, rubricas extraordinárias e financeiras	=	4.842.150,92 €	4.231.355,72 €	
Amortizações	-	-3.345.446,99 €	-3.079.225,25 €	
Resultados operacionais	=	1.496.703,93 €	1.152.130,47 €	
Proveitos e ganhos extraordinários	+ (*)	1.053.931,55 €	1.808.265,99 €	
Custos e perdas extraordinárias	-	-557.260,28 €	-795.863,45 €	
Resultado após rubricas extraordinárias		1.993.375,20 €	2.164.533,01 €	
Proveitos e ganhos financeiros	+ (*)	53.195,52 €	45.941,33 €	
Custos e perdas financeiras	-	-22.084,47 €	-118.877,89 €	
Resultado líquido do período	=	2.024.486,25 €	2.091.596,45 €	

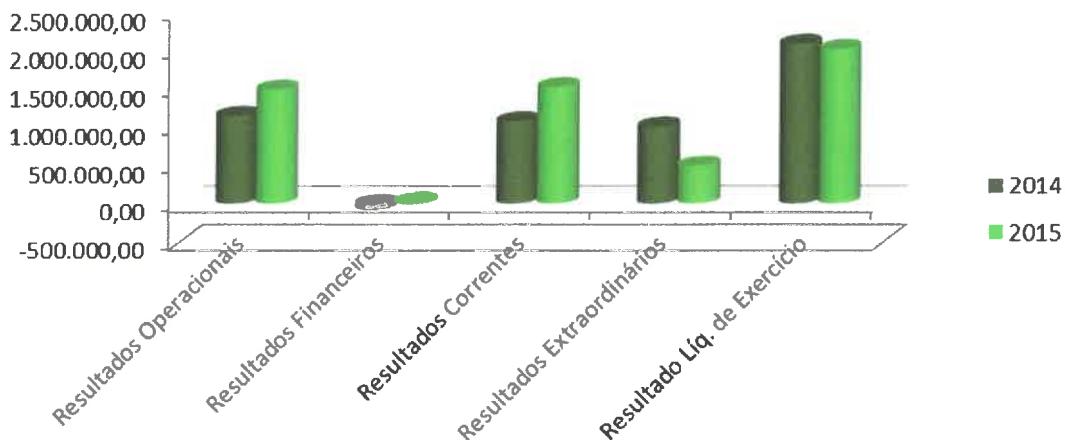
O quadro seguinte evidencia o comportamento dos resultados nos últimos três anos.

Resumo da Demonstração de Resultados	2013	2014	2015
Resultados Operacionais: (A)	3.840.422,17 €	1.152.130,47 €	1.496.703,93 €
Resultados Financeiros: (B)	-25.435,54 €	-72.936,56 €	31.111,05 €
Resultados Correntes: (A) +(B)	3.814.986,63 €	1.079.193,91 €	1.527.814,98 €
Resultados Extraordinários: (C)	274.594,65 €	1.012.402,54 €	496.671,27 €
Resultado Líq. de Exercício: (A) +(B) +(C)	4.089.581,28 €	2.091.596,45 €	2.024.486,25 €



O gráfico seguinte demonstra a evolução nos resultados entre o ano 2014 e 2015.

Evolução dos Resultados



9.2 - Indicadores de Estrutura e Gestão Patrimonial

A análise dos indicadores de gestão patrimonial têm como objetivo ajudar a perceber as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da Autarquia e os seus efeitos ao nível, nomeadamente, dos investimento e dos financiamentos. São ainda um bom instrumento para medir a liquidez, o endividamento e a capacidade da Autarquia para solver os seus compromissos.

9.2.1 – Rácios de Liquidez

	Rácios	2013	2014	2015
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	262,94%	548,51%	487,59%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{Existências})}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	115,27%	359,83%	337,07%
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	82,63%	318,52%	269,43%



Liquidez Geral

Este indicador relaciona agregados do ativo, que são facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo circulante a curto prazo, ou seja, avalia as menores ou maiores dificuldades de tesouraria.

Este rácio teve uma ligeira redução, continuando a demonstrar que o município “vendendo” este tipo de ativos, os mesmos seriam mais que suficientes para fazer face aos compromissos assumidos a curto prazo.

Liquidez Reduzida

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior, embora a rapidez de satisfação da dívida seja agora analisada de maneira mais restrita, isto é, não tendo em consideração o montante das existências.

Liquidez Imediata

É o indicador que mede o grau de cobertura dos créditos a curto prazo por disponibilidades de tesouraria. Ao analisar este rácio conclui-se que se o município pretendesse em 31.12.2015 pagar, a dinheiro, a sua dívida de curto prazo, podia fazê-lo na sua totalidade, ficando ainda com valor nas disponibilidades, significando que não existem problemas de tesouraria.

9.2.2 – Ráculos de Alavancas Financeira

Ráculos		2013	2014	2015
Endividamento	<u>Dividas a terceiros CMLP</u> Ativo Líquido a)	12,51%	11,65%	9,96%
Estrutura do Endividamento	<u>Dividas a terceiros CP</u> Ativo Líquido a)	2,98%	2,10%	2,52%
Grau de dependência dos empréstimos	<u>Empréstimos CMLP</u> Ativo Líquido a)	9,53%	7,63%	5,85%

a) Ao ativo líquido subtraiu-se o valor líquido dos bens de domínio público, pelo facto destes serem inalienáveis

Endividamento

Este rácio de alavancas financeira, é um indicador do risco financeiro inerente ao endividamento. Indica que a autarquia financia através de fundos alheios 9,96% dos seus investimentos. Como se pode verificar este rácio tem tido uma tendência decrescente, traduzindo uma redução de risco financeiro.

Estrutura do endividamento

O peso da dívida de curto prazo a terceiros é de 2,52% do ativo líquido, ou seja, o Município financia a sua atividade com 2,52% de capitais alheios de curto prazo. Verifica-se assim que que as dívidas de terceiros de curto prazo tem peso reduzido no Ativo Líquido.



Grau de Dependência dos Empréstimos

Este indicador permite medir o grau de dependência do ativo líquido relativamente a empréstimos contraídos pela autarquia. Ao verificar o valor deste rácio, conclui-se que a autarquia financia o seu investimento no ativo com 5,85% de capital alheio de médio e longo prazo.

9.2.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

Rácios	2013	2014	2015
Autonomia Financeira	71,01%	70,92%	73,18%
Solvabilidade	244,97%	243,90%	272,91 %

O índice de autonomia financeira traduz a capacidade do Município em financiar o seu ativo com capitais próprios, sem ter de recorrer a empréstimos de médio e longo prazo. Como se pode verificar, os Fundos Próprios deste Município cobrem 73,18% do total do ativo líquido, evidenciando uma situação bastante confortável.

Quanto à solvabilidade do Município, a situação é excelente por revelar um acentuado e constante crescimento ao longo do triénio analisado, atingindo em 31.12.2015 um valor que vai muito além da cobertura total do passivo por fundos próprios.

9.3 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados seguem a numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 (POCAL). As notas cuja numeração não é referida não são aplicáveis ou a sua representação não é relevante para a leitura das demonstrações do exercício em análise.

9.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído.

As despesas de reparação ou manutenção do imobilizado sem grande relevo são consideradas como gasto do ano em que ocorrem.

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.



c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros são registados ao custo de aquisição.

d) Imobilizações em curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

e) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

f) Amortizações

As amortizações do ativo imobilizado foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), pelo método das quotas constantes.

As amortizações do imobilizado incorpóreo registado na conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento” são realizadas pelo período de três anos, conforme critério valorimétrico estabelecido no ponto 4.1.8 do POCAL.

g) Provisões

• **Provisões para Cobrança Duvidosa**

As provisões para cobrança duvidosa, foram constituídas de acordo com os critérios definidos pelo POCAL.

Optou-se por criar provisões por cobrança duvidosa de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade está devidamente justificado. O montante da provisão é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

• **Provisões para investimentos financeiros**

O montante destas provisões regista a diferença entre o custo de aquisição das participações financeiras do município e o correspondente valor nos capitais próprios das entidades participadas.

• **Provisões para riscos e encargos**



Município de Porto de Mós Câmara Municipal

Este Município não constituiu provisões para riscos e encargos dado que não é expectável que venha a pagar qualquer indemnização decorrente de processos judiciais em curso.

h) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos nas rubricas vendas e prestação de serviços resultam da aplicação das tarifas e taxas contempladas no regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município de Porto de Mós e Regulamento do Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Águas, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos do Município de Porto de Mós, aprovados em Assembleia Municipal.

i) Fornecimento e Serviços Externos

Os custos incluídos nesta rubrica foram registados ao custo de aquisição resultantes de prévia adjudicação.

j) Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos foram reconhecidos em obediência ao princípio da especialização de exercícios ou regime do acréscimo.

Os quadros seguintes demonstram os acréscimos e diferimentos considerados no exercício de 2015.

• Acréscimo de Proveitos

Un.: Euros		
Conta	Designação	Valor
2711	Juros a Receber	11.087,41
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	3.878.516,96
	IMI	2.663.264,34
	IMT	42.018,86
	IUC	36.325,62
	Derrama	395.030,97
	IRS	676.301,00
	Direção Geral Estab. Escolares DGEST	23.840,46
	Parque Eólico Chão de Falcão	34.758,77
	Microgeração Energia Elétrica	1.126,94
	Inst. F.Agricultura e Pescas - (Fruta Escolar)	3.339,60
	Taxa Municipal Direitos de Passagem	1.097,23
	Outros	8,12
	Parques de Estacionamento	370,97



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Instituto de Emprego e Formação Profissional	1.034,08
Total	3.889.604,37

• Custos Diferidos e Acréscimo de Custos

Conta	Designação	Valor
272	Custos Diferidos	6.953,70
2721	Seguro	1.955,09
2722	Assistência Técnica	3.749,24
2729	Outros Custos Diferidos	1.249,37
273	Acréscimo de Custos	602.969,39
2732	Remunerações a Liquidar (subsídio de férias)	504.661,35
2733	Juros a Liquidar	460,98
2739	Outros Acréscimos Custos	97.847,06
Total		609.923,09

• Proveitos Diferidos

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

PROVEITOS DIFERIDOS – SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO

Documentos de Prestação de Contas - Ano 2015



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Designação	Valor
Remodelação iluminação pública em várias zonas do Concelho	21.763,57 €
Reservatórios Fontainhas e Pedreiras	8.917,48 €
Estrada Nacional 242-2	122.324,67 €
Espaço verde integrado Norte da Igreja de São Pedro / Praça da Republica	10.703,29 €
Requalificação Ed.Paços concelho	211.496,83 €
Arrelvamento do campo sintético de Porto de Mós	99.484,27 €
Área Lúdico Desportiva Alqueidão da Serra	22.270,31 €
Prática de Desportos ao ar Livre - Alvados	32.518,88 €
Rede Viária - Pavimentação de arruamentos em Alcaria e Alvados (calçada) - praud	4.246,94 €
Recuperação do percurso e Estações da via sacra	1.945,04 €
Pavimentação da Rua Conceição Abreu	1.714,31 €
Arranjos Exteriores do Castelo - Junto ao Cemitério	5.642,37 €
Requalificação Praça da Republica	24.113,26 €
Construção Extensão de saúde do Juncal	66.804,32 €
Recuperação do percurso e Estações da via sacra	25.338,74 €
Requalificação Praça da Republica	28.209,98 €
Grande reparação vários caminhos Cm 1352,1351 e 1269	115.226,63 €
Rede Viária - Estrada acesso à Helipista/Heliporto de Alcaria - Chão Zinho/Helipista	32.503,77 €
Estrada entre Mendiga e Cabeça das Pombas	75.643,63 €
Caminho Rural Adam/Montes - Estrada da Charneca	66.071,92 €
Construção do Parque Industrial P.M. 1ª fase, 2ª fase e 3ª fase	475.970,42 €
Arranjo Urbanístico do Rossio	50.973,01 €
Rede de Abastecimento de Água a S. Bento	246.039,49 €
Ampliação rede saneamento Porto de Mos-rio alcaide, ribeira de cima/outros lugares	36.945,15 €
Ampliação da Pré - escola de S.Bento	20.280,04 €
Construção da Pré escola de Alqueidão da Serra	91.188,20 €
Construção da zona desp. - Complexo Piscinas Municipais	1.555.036,01 €
Abertura do Arruamento VDG1	111.165,77 €
Arranjo envolvente polidesportivo do Alqueidão da Serra	53.467,35 €
RAR Tojal de Baixo/Tojal de Cima/Bom Sucesso e Ribeira de Baixo/Fonte do Oleiro/Mendigos	101.361,87 €
Construção Parque Industrial de Mira Daire - 1ªfase	118.560,14 €
Ampliação do Jardim Infância Casais Garridos	35.865,38 €
Construção do Jardim Infância da Corredoura	132.493,20 €
Beneficiação da EN 362	131.546,03 €
Construção do Polidesportivo do Juncal	459.262,91 €
Embelezamento do Rio Lena - Est. dos muros e taludes	38.308,26 €
Praça Arménio Marques	5.454,88 €
Projeto Leiria Região Digital	7.153,41 €
Ampliação da Escola Básica de São Jorge	140.115,58 €
Construção da Casa da Cultura de Mira de Aire	1.319.134,28 €
Construção da Extensão de Saúde do Juncal + Equipamentos	156.965,76 €
Construção do Polo Educativo de São Bento	162.207,32 €
Obras da Helipista de Alcaria / Centro Municipal de Proteção Civil	104.397,97 €
Parque da Vila de Porto de Mós	1.312.199,94 €
Requalificação da Rua 5 de Outubro e Mestre de Avis	96.091,07 €
Remodelação da Conduta do Tojal	119.498,44 €
Construção da Ecopista - Reconversão da linha férrea	284.660,99 €
Espaço Jovem - Requalif.antigas piscinas	217.687,89 €
Abastecimento de água ao Júrvamento	78.735,74 €
Ampliação da Rede de Águas a São Bento/Penedos Belos	71.996,34 €
Requal. Av. Da Liberdade / Rua Adriano Carvalho Av. Santo António/ Av. Francisco Sá Cameiro	486.640,36 €
Requalificação da Frente Ribeirinha e Alameda Dom Afonso Henriques	222.557,11 €
Construção do Polo Escolar de Pedreiras	1.006.523,02 €



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

Projecto Simplex autárquico - Equipamento Informático	25.165,30 €
Aquisição de Sinalética - RUCCI	37.324,35 €
Saneamento de Mira de Aire 1ªfase	962.503,35 €
Plano Municipal de Ordenamento Territorial	30.250,00 €

Ponto 8.2.6

Na conta 432” Despesas de investigação e de desenvolvimento” está registado a revisão do Plano Diretor Municipal, pelo montante de 130.254,33€.

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Ativo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Ativo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão refletidos nos mapas em anexo.

Abates e Transferências de Bens do Ativo Imobilizado

Durante o ano 2015 foram feitas transferências de bens do ativo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Bens Adquiridos em Estado de Uso

No ano 2015 foi adquirido em estado de uso um veículo pesado de mercadorias no valor de 44.280,00€, uma bomba para a viatura da protecção civil, no valor de 2.460,00€ e um balcão frigorífico no valor de 1.845,00 €.

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Rendimentos de Propriedade do Município Ano 2015 (Valor Pago)			
		Terrenos	Edifícios	Habitações	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.088,24			
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	3.306,00			
Meo - Serviços de Comunicação e Multimédia, Sa	503215058	2.847,24			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				185.428,33
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029				559.089,42
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410165		325,00		
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz	505076837		349,80		
Sousa Carreira e Vala Lda.(Esplanada Jardim)	502086815		6.452,64		
Habitação Social				150,00	
Berlaca - Clube de Caça de S. Bento	502881860		349,80		



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Nadia Carina Gomes Costa Morais	250151464		110,70		
Ana Margarida Lucas de Vasconcelos Sanches	205024386		5.752,71		
Camélia Isadora Pereira Vicente	238326616		2.656,80		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		362,28		
Diana Margarida da Silva Alves (cafetaria Parque da Vila Porto de Mós)	236085743		9.741,60		
Associação de Artesãos Serra Aire Candeeiros	503025720		300,00		
Total		11.241,48	26.401,33	150,00	744.517,75

Entidades	Edifício Cedido	Regime
Corpo Nacional de Escutas Agrup 370	Antiga EB1 de Alcaria	Protocolo
União de Freguesias de Alvados e Alcaria	Antiga EB1 de Alvados	Protocolo
Vertigem - Associação Para a Promoção do Património	Antiga EB1 da Bezerra	Protocolo
Associação Coração Amarelo	Antigo Jardim de Infância dos Bouceiros	Protocolo
Sociedade Recreativa da Cabeça Veada	Antiga EB1 da Cabeça Veada	Protocolo
Artemós - Associação de Artistas Plásticos de Porto de Mós	Antiga EB1 dos Casais De Baixo	Protocolo
Fábrica da Igreja do Juncal	Antiga EB1 Chão Pardo	Protocolo
Fábrica da Igreja das Pedreiras	Antiga EB1 Cruz Da Légua	Protocolo
Clube Automóvel de Porto de Mós	Antiga EB1 dos Bouceiros	Protocolo
Bencaça - Clube de Caça de São Bento	Antiga EB1 das Fontainhas	Protocolo
Rotary Clube de Porto de Mós	Antiga EB1 do Mato Velho	Protocolo
Rancho das Pedreiras	Antiga EB1 Pedreiras	Protocolo
Núcleo de Espeleologia de Leiria e Associação Pedras Soltas	Antiga EB1 do Poço Da Chainça	Protocolo
Clube Desportivo Ribeirense	Antiga EB1 da Ribeira de Cima	Protocolo
Associação de São Bento	Antiga EB1 de Telhados Grandes	Protocolo
Asso. Apoio Infantil de Pedreiras	Antigo Jardim de Infância de Pedreiras	Protocolo
Freguesia de Pedreiras	Antigo Jardim de Infância da Tremoceira	Protocolo
Assoc. de Artesão Serra Aire e Candeeiros	Antiga EB1 do Livramento	Protocolo
Freguesia do Juncal	Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal	Contrato Interadministrativo
Associação Desportiva Portomosense	Cedência em Direito de Superfície do Prédio situado no Parque Desportivo Porto de Mós	Cedência em Direito de Superfície
Cercilei- Coop. Ensino Cidadãos Inad.Leiria, CRL	Cedência de Parte do Edifício do Antigo Matadouro	Contrato de Comodato
Ministério da Administração Interna (GNR)	Cedência de Parte da Antiga Escola Luciano Justo Ramos	Contrato de Comodato



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

Freguesia de Mira de Aire	Cedência do Edifício na Quintinha do Roseiral (Mira de Aire)	Contrato de Comodato
Acilis - Associação Comercial e Industrial de Leiria	Cedência a título gratuito da Sala 2 no Edifício das Docas no Parque da Vila de Porto de Mós	

Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040106	Toyota Hilux	22.214,54 €	9.557,18 €	12.657,36 €
424040107	Toyota Dyna	29.610,55 €	22.207,92 €	7.402,63 €
424040108	Toyota Yaris	18.144,94 €	9.177,05 €	8.967,89 €
424040303	Retroescavadora JCB	46.087,60 €	16.453,25 €	29.634,35 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Alvados	19.978,92 €	8.558,94 €	11.419,98 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Arrimal	22.710,21 €	9.729,06 €	12.981,15 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Calvaria de Cima	22.710,21 €	9.729,06 €	12.981,15 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de São Jorge	22.710,21 €	9.729,06 €	12.981,15 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola do Juncal	22.710,21 €	9.729,06 €	12.981,15 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola da Mendiga	22.710,21 €	9.729,06 €	12.981,15 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Porto de Mós	22.710,20 €	9.729,90 €	12.980,30 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Serro Ventoso	19.978,92 €	8.558,94 €	11.419,98 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Cantina Escolar de Porto de Mós	19.978,92 €	8.558,94 €	11.419,98 €

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Existem bens imóveis não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que foram doados ao Município e integrados no património por deliberação do órgão executivo cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 Bens do Domínio Público que não são objecto de Amortização

Tal como previsto quer no POCAL quer nas tabelas da portaria nº. 671/2000, de 17 de abril, os terrenos e recursos naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural, não são alvo de amortizações.

Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

Em 31 de dezembro de 2015 os investimentos financeiros em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA PELO MUNICÍPIO	CAPITAIS PRÓPRIOS DA EMPRESA PARTICIPADA	RESULTADO DO EXERCÍCIO DA EMPRESA PARTICIPADA
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Ações 0,01%	601.969,92	-515.626,23
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA	Avenida Dr. Luis Albuquerque ETA da Boavista 3030 410 Coimbra	16 211 Ações 0,20%	86.905.945,70	3.813.844,98
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco , Parceiros, Apartado 157 2416-902 Leiria	17 320 Ações 4,33%	12.226.115	1.364.461
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Curia Tecnoparque 3780-544 Curia	1 500 Ações 0,55%	561.132,06	-131.711,07
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial da Marinha Grande Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78 2431-901 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	1.070.380,59	14.913,14

Em 2015 o Município de Porto de Mós manteve a garantia bancária, no montante de 87.705,01€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA., actual AdCL-Águas do Centro Litoral, SA.

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros de Cobrança Duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é o que consta na conta 2.1.8. – clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e respeita a dívidas de clientes de água, saneamento e serviços sociais.

Ponto 8.2.25

Não existem dívidas ao Estado ou qualquer outro ente Público em situação de mora. O valor constante do Balanço diz respeito a descontos e retenções efectuadas cujo prazo de pagamento não estava ainda vencido.

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas”)



Ponto 8.2.28 Movimentos ocorridos na classe 5 “Fundo Patrimonial”

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	Unidade: €
51 Património	17.631.568,72	2.521,50	0,00	17.634.090,22	
571 Reservas legais	888.801,44	104.579,82	0,00	993.381,26	
576 Doações	15.815,30	2.595,00	0,00	18.410,30	
59 Resultados Transitados	22.124.975,91	2.200.716,45	110.125,75	24.215.566,61	

A conta “51 Património” registou um aumento devido à integração no património de um bem oferecido a este Município com valor comercial no montante de 2.521,50€.

A conta “571 Reservas legais” registou um aumento de 104.579,82€, que diz respeito à aplicação de resultados referentes ao ano de 2014.

A conta “576 Doações” registou um aumento de 2.595,00€ referente à doação de bens para o espaço social e para o “Vem Dançar” no montante de 750,00€ e 1.845,00€ respectivamente.

A conta “59 Resultados Transitados” registou um aumento de 2.200.716,45€ devido a

- Transferência do Resultado Líquido de 2014 no montante de 2.091.596,45€;
- Correção de anos anteriores referente a inventariação do edifício destinado a posto de GNR de Porto de Mós no montante de 109.200,00€ que passou a ser imóvel deste Município por escritura de usucapião.

A conta “59 Resultados Transitados” registou uma redução de 110.125,75€ devido a

- Aplicação de resultados referentes ao ano de 2014 no montante de 104.579,82€;
- Correção no montante de 5.545,93€ relativa à amortização de um bem que não foi efetuada no período devido.

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2015 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2015 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.



10 – Contabilidade de Custos

Em cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, este Município tem desenvolvido desde o ano 2008 o sistema de contabilidade de custos. Trata-se de um sistema complexo que começou a ser implementado de modo faseado, recorrendo aos recursos internos da autarquia.

Com o decorrer do tempo, tem sido melhorado e ajustado à realidade operacional da organização. Tem evoluído em termos de abrangência e em qualidade de informação importante para a tomada de decisão do executivo municipal. Atualmente esta fonte de dados uteis à gestão verifica-se nas áreas da educação, das águas e de outros serviços com centros de custos criados para responder às necessidades crescentes.

Ao longo do ano 2015, continuou-se a melhorar e aprofundar este sistema de contabilidade, o que permitiu o apuramento dos custos do Município por bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indirectos e não incorporáveis.

Os custos diretos de bens e serviços são custos incorridos com a aquisição de materiais, imputação de mão-de-obra, máquinas e viaturas, bem como as amortizações do immobilizado afecto o respectivo bem ou serviço e têm uma relação direta com os bens e serviços.

Os custos não incorporáveis são custos cuja natureza oferece grande dificuldade de imputação correta a um bem, serviço ou função específica, tais como abates, amortizações extraordinárias, juros de mora, acertos de IVA, regularizações e outros. Por esta razão não foram objecto de incorporação, encontrando-se registados na conta 69.

Existem outros custos que podem ser imputados:

- diretamente de bens/serviços;
- diretamente da função (indiretos de bens e serviços);
- não incorporáveis a bens/serviços/função.

Os proveitos foram objecto de classificação analítica embora o POCAL não o exija. Em obediência ao princípio de especialização de exercícios, os proveitos são reconhecidos nas datas em que são gerados independentemente do seu recebimento ou não.



Documentos de Prestação de Contas - Ano 2015



10.1- Repartição dos Custos

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos diretos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

A imputação dos custos indirectos efectua-se, após o apuramento dos custos diretos por função, através de coeficientes.

Estabelece o Ponto 2.8.3 do POCAL que:

1. o coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções;
2. o coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada bem e serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação relativa aos quadros, CC-7 – Apuramento de custos de Bem ou Serviço, CC-8 – Apuramento de custos directos da função e CC-9 – Apuramento de custos por função, procedemos à construção de alguns mapas.

Apuramento de custos por função

Como se pode verificar no quadro seguinte, as funções com maior relevância nos custos totais do Município são as funções sociais. Dentro destas têm maior peso a educação com 12,91%, seguida do abastecimento de água. As funções gerais representam 21,60% dos custos totais, sendo que a função relacionada com a administração geral tem um custo de 3.096.039,05€. Dentro das funções económicas, a que tem maior peso é a relacionada com os transportes rodoviários com cerca de 12,45% dos custos totais.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Funções	Diretos de Bens e Serviços	Indiretos de Bens e Serviços	Total Ano 2015	%
1 Funções Gerais	1.121.391,86 €	1.974.648,19 €	3.096.039,05 €	21,60%
111 Administração geral	937.443,03 €	1.954.398,19 €	2.891.841,22 €	20,18%
120 Segurança e ordem públicas	7.942,50 €	250,00 €	8.192,50 €	0,06%
121 Proteção civil e luta contra incêndios	176.005,33 €	20.000,00 €	196.005,33 €	1,37%
2 Funções Sociais	6.099.685,33 €	2.471.244,88 €	8.570.930,21 €	59,81%
210 Educação	387.680,96 €	1.461.838,25 €	1.849.519,21 €	12,91%
212 Serviços auxiliares de ensino	1.032.542,39 €	0,00 €	1.032.542,39 €	7,21%
220 Saúde	13.226,49 €	6.554,78 €	19.781,27 €	0,14%
232 Ação social	52.316,66 €	74.787,87 €	127.104,53 €	0,89%
243 Saneamento	1.039.331,75 €	13.426,81 €	1.052.758,56 €	7,35%
244 Abastecimento de água	1.298.095,31 €	125.756,20 €	1.423.851,51 €	9,94%
245 Resíduos sólidos	934.008,46 €	3.800,38 €	937.808,84 €	6,54%
246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	399.532,02 €	103.396,81 €	502.928,83 €	3,51%
251 Cultura	508.061,34 €	323.972,40 €	832.033,74 €	5,81%
252 Desporto, recreio e lazer	429.390,06 €	319.410,18 €	748.800,24 €	5,23%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	5.499,89 €	38.301,20 €	43.801,09 €	0,31%
3 Funções Económicas	577.944,12 €	2.085.718,42 €	2.663.662,54 €	18,59%
320 Indústria e energia	171.307,45 €	678.052,24 €	849.359,69 €	5,93%
331 Transportes rodoviários	376.851,91 €	1.407.666,18 €	1.784.518,09 €	12,45%
341 Mercados e feiras	29.784,76 €	0,00 €	29.784,76 €	0,21%
TOTAL		14.330.631,80 €	100,00%	

Os quadros abaixo evidenciam o apuramento dos custos por funções, repartindo os custos diretos por bens e serviços afectos a cada uma e os custos indirectos também aos bens e serviços que se traduzem em custos directos da função correspondente.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

• *Função: 111 Administração Geral*

Função: 111 Administração Geral		
Custos Diretos de Bens e Serviços		Valor ano 2015
Bem:	Edificio Paços Concelho	115.520,84 €
Bem:	Edificio Gorjões	12.131,62 €
Bem:	Edificio rua das Quintas	71.441,32 €
Bem:	Edificio antiga cadeia	6.730,77 €
Bem:	Edificio Livramento (Artesões)	3,48 €
Bem:	Edificio Casa dos Calados	28.447,32 €
Bem:	Edificio Casais Baixo	1.213,60 €
Bem:	Edificio apoio centro ar livre (Alvados)	1.713,88 €
Bem:	Edificio Bouceiros	1.354,76 €
Bem:	Edificio Cabeça Veada	1.125,29 €
Bem:	Edificio Poço Chainça (São Bento)	1.891,81 €
Bem:	Edificio Casais Vales	555,52 €
Bem:	Edificio Mato Velho (Serro Ventoso)	1.213,20 €
Bem:	Edificio Chão Pardo	850,20 €
Bem:	Edificio GNR Mira de Aire (antiga EB2 Justo Ramos)	12.489,12 €
Bem:	Edificio da Cruz da Légua (antiga pré)	93,80 €
Bem:	Edificio da Cruz da Légua (antiga EB)	2.368,28 €
Bem:	Edificio das Pedreiras (antiga pré)	986,60 €
Bem:	Edificio das Pedreiras (antiga EB)	1.911,48 €
Bem:	Edificio da Tremoceira (antiga pré)	150,73 €
Bem:	Edificio da Tremoceira (antiga EB)	3.814,76 €
Bem:	Edificio Bar das Piscinas	263,23 €
Serviço:	Serviços Administrativos	285.622,42 €
Serviço:	Serviços Operacionais	76.622,93 €
Serviço:	Publicidade / Ocupação da Via Pública	4,95 €
Serviço:	Inspecção de elevadores	1.420,65 €
Serviço:	Venda de Imóveis	1.314,85 €
Serviço:	Transferências / Impostos	303.681,15 €
Serviço:	Vendas (mercadorias)	2.504,47 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		937.443,03 €
(2) Custos Indiretos de bens e Serviços		1.954.398,19 €
Total (1) + (2)		2.891.841,22 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

• *Função: 120 Segurança e ordem públicas*

Função: 120 Segurança e ordem públicas		
Custos Diretos de Bens e Serviços		Valor ano 2015
Bem:	Posto da GNR Porto de Mós	7.942,50 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		7.942,50€
(2) Custos Indiretos de bens e Serviços		250,00 €
	Total (1) + (2)	8.192,50 €

• *Função: 121 Protecção Civil e Luta Contra Incêndios*

Função: 121 Protecção Civil e Luta Contra Incêndios		
Custos Diretos de Bens e Serviços		Valor ano 2015
Bem:	Helipista	18.071,18 €
Serviço:	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	157.934,15 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		176.005,33 €
(2) Custos Indiretos de bens e Serviços		20.000,00 €
	Total (1) + (2)	196.005,33 €

• *Função: 210 Educação*

Função: 210 Educação		
Custos Diretos de Bens e Serviços		Valor ano 2015
Bem:	JI Alqueidão da Serra	5.668,11 €
Bem:	JI Alvados	2.482,96 €
Bem:	JI Arrimal	2.981,23 €
Bem:	JI Calvaria de Cima	1.705,16 €
Bem:	JI Casais Garridos	3.163,74 €
Bem:	JI Corredoura	3.897,00 €
Bem:	JI Cumeira de Cima	56,79 €
Bem:	JI Fonte Oleiro	1.547,51 €
Bem:	JI Juncal	1.268,17 €
Bem:	JI Mendiga	3.300,21 €
Bem:	JI Mira de Aire nº1	729,76 €
Bem:	JI Mira de Aire nº2	363,86 €
Bem:	JI Porto de Mós	4.151,70 €
Bem:	JI São Bento (Polo)	8.523,51 €
Bem:	JI São Jorge	4.614,65 €
Bem:	JI Serro Ventoso	5.685,19 €
Bem:	JI Tojal	143,75 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Bem:	EB1 Alqueidão da Serra	11.236,37 €
Bem:	EB1 Alvados	2.225,08 €
Bem:	EB1 Arrimal	8.943,56 €
Bem:	EB1 Calvaria de Cima	13.844,53 €
Bem:	EB1 Casais Garridos	5.654,13 €
Bem:	EB1 Corredoura	6.881,81 €
Bem:	EB1 Cumeira de Cima	11.981,34 €
Bem:	EB1 Fonte Oleiro	7.469,59 €
Bem:	EB1 Juncal	15.049,35 €
Bem:	EB1 Mendiga	9.466,84 €
Bem:	EB1 Mira de Aire nº1	19.239,94 €
Bem:	EB1 Mira de Aire nº2	25.741,75 €
Bem:	EB1 Porto de Mós	26.920,16 €
Bem:	EB1 São Bento (Polo)	10.980,25 €
Bem:	EB1 São Jorge	25.291,70 €
Bem:	EB1 Serro Ventoso	15.665,96 €
Bem:	EB1 Tojal de Cima	6.547,30 €
Bem:	Centro Escolar das Pedreiras	84.216,06 €
Bem:	Escola Preparatória da Corredoura	233,12 €
Bem:	Centro Escolar de Porto de Mós	1.238,11 €
Serviço:	Educação	28.570,71 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		387.680,96 €
(2) Custos Indiretos de bens e Serviços		1.461.838,25 €
Total (1) + (2)		1.849.519,21 €

• *Função: 212 Serviços Auxiliares de Ensino*

Função: 212 Serviços Auxiliares de Ensino		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem:	Cantina Alqueidão da Serra	3.679,78 €
Bem:	Cantina Mira de Aire	6.561,38 €
Bem:	Sala Refeições Arrimal (JI)	501,56 €
Bem:	Sala Refeições Arrimal (EB1)	558,78 €
Bem:	Sala Refeições Calvaria de Cima (JI+EB1)	1.979,17 €
Bem:	Sala Refeições Casais Garridos (JI+EB1)	946,52 €
Bem:	Sala Refeições Corredoura (JI+EB1)	350,76 €
Bem:	Sala Refeições Cumeira de Cima (JI+EB1)	1.076,95 €
Bem:	Sala Refeições Fonte Oleiro (JI+EB1)	448,59 €
Bem:	Sala Refeições Juncal (JI+EB1)	1.424,72 €
Bem:	Sala Refeições Mendiga (JI)	435,97 €
Bem:	Sala Refeições Mendiga (EB1)	693,89 €
Bem:	Sala Refeições Mira de Aire nº2 (JI+EB1)	751,01 €
Bem:	Sala Refeições Pedreiras (JI+EB1)	146,87 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Bem:	Sala Refeições Porto de Mós (EB1)	3.749,09 €
Bem:	Sala Refeições São Bento (JI+EB1)	677,29 €
Bem:	Sala Refeições São Jorge (JI+EB1)	1.660,63 €
Bem:	Sala Refeições Serro Ventoso (JI+EB1)	918,22 €
Bem:	Sala Refeições Tojal de Cima (JI+EB1)	1.047,31 €
Serviço:	Refeições Escolares	474.233,38 €
Serviço:	Transportes Escolares	344.262,01 €
Serviço:	Prolongamentos Escolares	71.099,88 €
Serviço:	Actividades Extracurriculares	52.586,82 €
Serviço:	Cantina escolar Alqueidão da Serra	12.854,64 €
Serviço:	Cantina Escolar Mira de Aire	41.480,41 €
Serviço:	Semana Educação	8.416,76 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		1.032.542,39 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		0,00€
Total (1) + (2)		1.032.542,39 €

• *Função: 220 Saúde*

Função: 220 Saúde		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem:	Extensão Saúde Juncal	13.226,49 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		13.226,49€
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		6.554,78 €
Total (1) + (2)		19.781,27 €

• *Função: 232 Acção Social*

Função: 232 Acção Social		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem:	Espaço Social	6.214,28 €
Bem:	Edifício do CPCJ (Parque Verde)	1.557,23 €
Serviço:	Acção Social	8.941,16 €
Serviço:	Dia do idoso	6.664,32 €
Serviço:	Desporto para idosos	7.214,27 €
Serviço:	Festival "Viver Porto de Mós"	21.725,40 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		52.316,66 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		74.787,87 €
Total (1) + (2)		127.104,53 €



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

• **Função: 243 Saneamento**

Função: 243 Saneamento		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem:	EEAR I Alqueidão da Serra	2.523,14 €
Bem:	EEAR III Alqueidão da Serra	1.147,85 €
Bem:	EEAR I Calvaria de Cima	1.071,78 €
Bem:	EEAR II Calvaria de Cima	1.018,41 €
Bem:	EEAR rua Vale de Deus (Juncal)	2.240,33 €
Bem:	EEAR Urbanização rua do Poço (Porto de Mós)	4.951,10 €
Bem:	EEAR Parque Industrial (Porto de Mós)	1.544,34 €
Bem:	EEAR rua da Vaqueira (Juncal)	1.905,14 €
Serviço:	Saneamento	974.405,52 €
Serviço:	Ramais de saneamento	15.236,13 €
Serviço:	Águas Pluviais	33.288,01 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		1.039.331,75 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		13.426,81 €
Total (1) + (2)		1.052.758,56 €

• **Função: 244 Abastecimento de Água**

Função: 244 Abastecimento de água		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem:	Poço Fonte do Alqueidão da Serra	3.558,72 €
Bem:	Furo Chão Pardo SL3	22.105,18 €
Bem:	Furo Chão Pardo PS1	15.540,74 €
Bem:	Furo Livramento SL4	1.941,97 €
Bem:	Poço Mira de Aire	1.189,19 €
Bem:	Furo Pedreiras SL2	11.157,88 €
Bem:	Furo Calvaria de Cima LS2	12.525,59 €
Bem:	Furo São Jorge JK1	993,91 €
Bem:	Furo Vale de Água JK5	11.412,28 €
Bem:	Furo Casais de Matos LS1	2.712,46 €
Bem:	Furo Catadouro (Porto de Mós)	5.043,70 €
Bem:	Furo Fontes Vais (São Jorge)	440,00 €
Bem:	Furo Casais de Matos JK3	1.292,84 €
Bem:	Furo Casais de Matos SL1	440,00 €
Bem:	Poço Olho de Água P2 (Ribeira de Cima)	1.175,18 €
Bem:	Furo dos Pragais LS3	1.924,64 €
Bem:	Central Águas Perrulhal (Alqueidão da Serra)	13.196,10 €
Bem:	Reservatório R171 (Alqueidão da Serra)	3.298,98 €
Bem:	Reservatório R172 (Alqueidão da Serra)	3.706,72 €
Bem:	Reservatório R237 (Chão Pardo)	22.254,30 €
Bem:	Reservatório R55 (Juncal)	1.114,35 €
Bem:	Reservatório Serração (Juncal)	55,00 €
Bem:	Reservatório R45 (Pedreiras)	61,99 €
Bem:	Reservatório R102 (Livramento)	4.031,69 €
Bem:	Reservatório R111 (Mendigos)	1.449,89 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Bem:	Reservatório R90 (Pedreiras)	311,25 €
Bem:	Central Águas Casais de Matos	47.923,26 €
Bem:	Central Águas Fonte dos Vais R1	86.359,28 €
Bem:	Reservatório São Jorge	397,02 €
Bem:	Reservatório Corredoura R80	4.601,70 €
Bem:	Reservatório Pinhal Verde R57	1.279,77 €
Bem:	Reservatório São Miguel R98	9.516,74 €
Bem:	Reservatório Moinhos R98A	55,00 €
Bem:	Reservatório R Campolide (Porto de Mós)	11.619,28 €
Bem:	Reservatório Portela R94 (Porto de Mós)	180,29 €
Bem:	Central Águas dos Pragais	60.322,57 €
Bem:	Reservatório Pragais R2	293,33 €
Bem:	Central Águas de Serro Ventoso R3	12.810,59 €
Bem:	Reservatório R20 (Bezerra)	1.233,97 €
Bem:	Reservatório Portela de Vale de Espinho	1.436,44 €
Bem:	Reservatório Marinha da Mendiga R7	363,91 €
Bem:	Reservatório R9 (Mendiga)	2.634,14 €
Bem:	Reservatório R11 (Cabeça Veada)	312,54 €
Bem:	Reservatório R13 (Arrabal)	3.663,84 €
Bem:	Reservatório R14 (Arrimal)	675,00 €
Bem:	Reservatório R21 (Cabeço Gordo)	55,00 €
Bem:	Reservatório R23 (Codaçal)	69,95 €
Bem:	Reservatório R27 (São Bento)	260,20 €
Bem:	Reservatório Curraleira R37	58,39 €
Bem:	Reservatório R202 (Covão da Carvalha)	8.549,99 €
Bem:	Reservatório Casal Duro R199	193,98 €
Bem:	Reservatório dos Bouceiros R183	1.325,90 €
Bem:	Reservatório Alvados R204	1.111,73 €
Bem:	Reservatório Alcaria R204A	923,48 €
Bem:	Reservatório Alto de Alvados	2.448,79 €
Bem:	Reservatório Pedra do Altar	55,00 €
Bem:	Central Águas Mira de Aire	46.112,57 €
Bem:	Reservatório junto Preparatória (zona alta)	22.973,85 €
Bem:	Reservatório Grutas	886,16 €
Bem:	Reservatório Mário Xavier	736,56 €
Bem:	Reservatório R6 (Mira de Aire)	4.440,69 €
Bem:	Reservatório Moinhos Velhos I	17.623,95 €
Bem:	Hidropressora Mira de Aire (Rua das Grutas)	3.007,53 €
Bem:	EEA Mendiga (Buster)	437,79 €
Bem:	Reservatório Covas Altas R178	6.389,50 €
Bem:	Reservatório Chão da Nogueira R179	448,56 €
Bem:	Reservatório Casais de Vales R174	494,66 €
Serviço:	Abastecimento água	745.570,32 €
Serviço:	Ramais de água	45.307,54 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		1.298.095,31 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		125.756,20 €
Total (1) + (2)		1.423.851,51 €



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

• **Função: 245 Resíduos Sólidos**

Função: 245 Resíduos Sólidos	
Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Serviço: Resíduos sólidos	934.008,46 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total	934.008,46 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços	3.800,38 €
Total (1) + (2)	937.808,84 €

• **Função: 246 Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**

Função: 246 Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	
Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem: Sanitários Públicos	1.397,45 €
Bem: Parque Verde Porto de Mós	189.231,11 €
Bem: Jardins - Espaços Verdes	187.575,61 €
Bem: Cemitérios	10.885,00 €
Bem: Parque Verde Juncal	10.442,85 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total	399.532,02 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços	103.396,81 €
Total (1) + (2)	502.928,83 €

• **Função: 251 Cultura**

Função: 251 Cultura	
Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem: Casa da Cultura	62.719,35 €
Bem: Cine-Teatro	18.397,66 €
Bem: Castelo	18.193,45 €
Bem: Museu	8.061,38 €
Bem: Espaço Jovem	18.089,27 €
Bem: Biblioteca Porto de Mós	11.877,35 €
Bem: Biblioteca Juncal	1.233,03 €
Serviço: Serviço biblioteca	7.899,78 €
Serviço: Serviços/Eventos culturais	136.416,56 €
Serviço: Festejos São Pedro	212.313,10 €
Serviço: Castelo	326,57 €
Serviço: Festival Nacional de Dança - Vem Dançar	12.533,84 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total	508.061,34 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços	323.972,40 €
Total (1) + (2)	832.033,74 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

• *Função: 252 Desporto, Recreio e Lazer*

Função: 252 Desporto, Recreio e Lazer		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2015
Bem:	Piscinas	200.326,05 €
Bem:	Pavilhão gimnodesportivo Porto de Mós	20.097,25 €
Bem:	Pavilhão gimnodesportivo Mira de Aire	19.441,77 €
Bem:	Pavilhão gimnodesportivo Juncal	34.168,20 €
Bem:	Parque Desportivo-Ténis, Sintético, Zona Envolvente	101.295,28 €
Bem:	Campo Futebol Eiras da Lagoa	31.345,23 €
Serviço:	Serviço Piscinas	4.579,68 €
Serviço:	Serviço/Eventos desportivos	9.968,27 €
Serviço:	Provas de ciclismo	8.168,33 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		429.390,06 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		319.410,18 €
Total (1) + (2)		748.800,24 €

• *Função: 253 Outras Actividades Cívicas e Religiosas*

Função: 253 Outras Actividades Cívicas e Religiosas		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2015
Bem:	Casa Velório	5.499,89 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		5.499,89€
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		38.301,20 €
Total (1) + (2)		43.801,09€

• *Função: 320 Indústria e Energia*

Função: 320 Indústria e Energia		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2015
Bem:	Parque Industrial Porto de Mós	118.676,86 €
Bem:	Parque Industrial Juncal	10.099,29 €
Bem:	Parque Industrial Mira de Aire	42.531,30 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		171.307,45 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		678.052,24 €
Total (1) + (2)		849.359,69 €



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

• *Função: 331 Transportes Rodoviários*

Função: 331 Transportes Rodoviários		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Serviço:	Manutenção de passeios e arruamentos	133.764,33 €
Serviço:	Manutenção de estradas	183.003,76 €
Serviço:	Serviços rodoviários	60.083,82 €
	(1) Custos diretos de bens e serviços - Total	376.851,91 €
	(2) Custos Indiretos de bens e serviços	1.407.666,18 €
	Total (1) + (2)	1.784.518,09 €

• *Função: 341 Mercados e Feiras*

Função: 341 Mercados e Feiras		
	Custos diretos de bens e serviços	Valor ano 2015
Bem:	Mercado Porto de Mós	28.540,79 €
Bem:	Mercado Mira de Aire	1.243,97 €
	(1) Custos diretos de bens e serviços - Total	29.784,76 €
	(2) Custos Indiretos de bens e serviços	0,00€
	Total (1) + (2)	29.784,76



11 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2015 foi de 2.024.486,25 €.

Nos termos do ponto 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Estabelecem ainda os pontos 2.7.3.2 a 2.7.3.5 do POCAL que:

- ✓ 2.7.3.2 - No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados transitados».
- ✓ 2.7.3.3 - Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:
 - a) Reforço do património;
 - b) Constituição ou reforço de reservas.
- ✓ 2.7.3.4 - É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do activo líquido.
- ✓ 2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», **no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício**.

Assim, nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, e atendendo a que o valor da conta 51 Património reflecte, em 31-12-2015, um valor superior a 20% do activo líquido, propõe-se:

- Que 5% do Resultado Líquido do Exercício seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 04 de abril de 2016.

O Vice-Presidente da Câmara,

(Albino Pereira Januário)

Documentos de Prestação de Contas – Ano 2015



IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Ativo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Tabela de Bens para o Ano Económico de 2015
- Tabela de Serviços para o Ano Económico de 2015
- Plano de Classificações Funcional